



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### ----- Acta n.º 262 -----

-----  
----- Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de dois mil e oito, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e secretariada pela Primeira Secretária Senhora Lígia Filipe Seabra e pelo Segundo Secretário Senhor João Paulo Teixeira Branco, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um: *"Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";* -----

----- Ponto dois: *"Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano da Câmara Municipal de Anadia, para o ano 2009, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA";* -----

----- Ponto três: *"Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Anadia, para o ano de 2009, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA";* -----

----- Ponto quatro: *"Apresentação, discussão e votação da proposta apresentada pelo Conselho Municipal de Segurança, de alteração à alínea l) do n.º 1 do art.º 4.º do seu Regulamento Definitivo, nos termos do n.º 3 do art.º 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de Junho";* -----

----- Ponto cinco: *"Eleição de um cidadão de reconhecida idoneidade, em representação dos estabelecimentos de ensino sediados no Município, para integrar o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art.º 4.º do Regulamento Definitivo do mesmo Conselho Municipal, em virtude do pedido de demissão apresentado pelo cidadão Rui Manuel Godinho dos Santos";* -----

----- Ponto seis: *"Eleição de um cidadão de reconhecida idoneidade, para integrar o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art.º 4.º do Regulamento Definitivo do mesmo Conselho Municipal (caso o ponto n.º 4 da ordem do dia seja aprovado)".* -----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas quinze horas e trinta minutos. -----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM): -----

- • José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro – GM do PSD; -----
- • Fernando Morais da Silva – GM do PSD; -----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS; -----
- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PSD; -----
- • Lígia Filipe Seabra – GM do PSD; -----
- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – GM do PS; -----
- • António Augusto da Conceição Pereira da Silva – GM do PSD; -----
- • José Veloso Bernardino Gonçalves – GM do PSD; -----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Álvaro Gonçalves Marques Pereira – GM do PS; -----
- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PSD; -----
- • João Paulo Teixeira Branco – GM do PSD; -----
- • Áurea de Oliveira Mendes – GM do PS; -----
- • Jaquelina Soares dos Santos – GM do PSD; -----
- • António Manuel Gomes Rosmaninho da Fonseca – GM do PSD; -----
- • Acácio da Conceição Maças – GM do PS; -----
- • João Alves Morais – GM da CDU; -----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PSD; -----
- • António Manuel da Costa Faria Cavadas – GM do CDS-PP; -----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PSD; -----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS; -----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PSD. -----
- Como se constata estiveram presentes todos os Senhores Deputados Municipais. -----
- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----
- • Vítor Manuel da Piedade Timóteo – GM do PSD – PJF de Aguiçãs; -----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PSD – PJF da Amoreira da Gândara; -----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PSD – PJF de Ancas; -----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PSD – PJF de Arcos; -----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PSD – PJF de Avelãs de Caminho; -----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores; -----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PSD – PJF da Moita; -----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PSD – PJF de Óis do Bairro; -----
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PSD – PJF de Paredes do Bairro; -----
- • Sérgio Soares Aidos – GM do PSD – PJF de Sangalhos; -----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PSD – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
- • Francisco Manuel Gonçalves Saraiva – GM do PSD – PJF de Tamengos; -----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PSD – PJF de Vilarinho do Bairro. -----
- Não compareceu à sessão mas solicitou a sua substituição, nos termos do art.º 16.º do RAMA, aceite pela Mesa da Assembleia, o seguinte Senhor Deputado e PJF, do indicado GM: -----
- • Armando Henriques Pereira – GM do PSD – PJF de Avelãs de Cima – substituído por Guilherme de Almeida Melo; -----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros: -----
- • Litério Augusto Marques – PSD – Presidente; -----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PSD – Vereadora e Vice-Presidente; -----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador; -----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PSD – Vereador; -----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • Jorge António Tavares de São José – PSD – Vereador; -----  
----- • Rui António de Almeida Marinha – PS – Vereador. -----  
----- Do executivo camarário não compareceu à sessão o seguinte membro: -----  
----- • Aníbal José Franco Ferreira – PSD - Vereador. -----  
----- Iniciada a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu nota de um pedido de uma substituição, apresentado nos termos do artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, por parte do Senhor Deputado Armando Henriques Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima. -----  
----- De seguida, passou à discussão das actas, tendo começado pela acta número duzentos e cinquenta e oito, da sessão ordinária de vinte e seis de Setembro passado. Não tendo havido lugar a qualquer intervenção por parte dos Senhores Deputados, passou, de imediato, à sua votação, finda a qual, anunciou que a acta foi aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, três abstenções e zero votos contra. -----  
----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à discussão da acta número duzentos e cinquenta e nove, da sessão extraordinária de seis de Outubro passado, a qual foi prontamente votada e aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor, duas abstenções e zero votos contra. -----  
----- De seguida, passou à discussão da acta número duzentos e sessenta, da sessão extraordinária de trinta e um de Outubro de dois mil e oito, a qual foi logo votada, resultando dessa votação a sua aprovação, por maioria, com vinte e nove votos a favor, uma abstenção e zero votos contra. -----  
----- Por último, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a acta número duzentos e sessenta e um, referente à sessão extraordinária de catorze de Novembro passado, tendo, para o efeito, concedido a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS). -----  
----- O Senhor Deputado interveio para sugerir que fosse concedido algum tempo mais para poderem analisar a acta número duzentos e sessenta e um, porquanto a mesma tinha sido disponibilizada um pouco em cima da hora, sem que tivesse tido grande tempo para a ver. Também, por se tratar de uma sessão onde aconteceram muitas intervenções, inclusivamente do público, referiu que se sentiria mais confortável com um pouco mais de tempo para a ler. Assim, e porque também se tinha apercebido, na reunião da conferência dos GM, que essa sensação era partilhada pelos colegas de outros GM, disse que se atrevia, havendo consenso, a propor que a avaliação da sobredita acta fosse transferida para a próxima sessão. -----  
----- Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal adiantou que da parte da Mesa da Assembleia, havendo consenso, a discussão da referida acta poderia transitar para a sessão seguinte, não tendo deixado de lembrar, no entanto, que a Lei e o Regimento determinavam que tal deveria acontecer no final da própria sessão ou no início da sessão ordinária imediatamente seguinte. -----  
----- De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP). O Senhor Deputado aproveitou para solicitar à Mesa da Assembleia que procedesse uma correcção na



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

página cinquenta e três, que se referia a uma sua intervenção, para que, quando fosse trazida novamente à discussão, esse erro já estivesse corrigido. -----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sugeriu, uma vez que a acta iria ser discutida na sessão seguinte, que o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) fizesse chegar à Mesa da Assembleia as várias alterações, as quais seriam desde logo introduzidas na próxima versão da acta. -----

----- Tendo havido lugar a consenso, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a acta número duzentos e sessenta e um iria transitar para a sessão ordinária imediatamente seguinte. De imediato, deu início ao período de intervenções do período de antes da ordem do dia (PAOD), tendo concedido a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS). -----

----- O Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) começou por desejar a todos votos a continuação de boas festas e de um bom ano novo. Aproveitou, entretanto, para lembrar que se encontravam volvidos quatro anos da elevação de Anadia a cidade porque, como disse, ninguém notava que tal tivesse acontecido. Perguntou, mesmo, o que tinha sido feito, em termos públicos, que marcasse a diferença entre Anadia com a categoria de Vila e Anadia com a categoria elevada a Cidade. Prontamente, afirmou não se ver qualquer diferença e não perceber porquê, parecendo, até, haver vergonha em assumir que Anadia é uma cidade. Deu, então, o exemplo da própria sinalização, para perguntar se nas principais entradas da cidade não deveria haver uma referência a essa categoria, quando a cidade até é atravessada por um Itinerário Complementar (IC2), uma estrada tão movimentada. Perguntou, também, se não deveria haver nas principais entradas uma sinalização com "*Bem-vindo à Cidade de Anadia*" e mesmo nas localidades principais, que pertencem à Cidade de Anadia, Vendas da Pedreira, Malaposta, se não era caso para dizer "*Malaposta – Cidade de Anadia*". Quanto aos cruzamentos, onde existem setas para a direita e para a esquerda com a indicação "*Anadia*", perguntou se não deveriam ter "*Anadia Centro*", porque pensa que seria o mínimo que poderia ser feito para que publicamente se saiba e reconheça que Anadia é uma Cidade e que tem todo o valor para o ser. Concluiu, deixando uma recomendação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, com esse bom motivo, publicamente embelezar e honrar a Cidade de Anadia. -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) para voltar a fazer, uma vez mais, e decorrido um ano, uma recomendação à Câmara Municipal. Explicou, então, que na Rua da Farmácia Óscar Alvim, em Anadia, a polícia continuava a autuar os doentes que querem ir à farmácia e não têm onde estacionar. Também falou na Rua dos Correios, que de manhã, quando os Pais deixam as crianças na Escola, também se torna problemática, pelo que considerou que a mesma deveria ser só de um sentido. Disse ter consultado, entretanto, os técnicos e ter falado com as autoridades, ao que todos lhe indicaram que estavam à espera de ordens da Câmara Municipal, que afirmaram ser a entidade que manda. Assim, perguntou se se tornava necessário haver um acidente ou morrer alguém para



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que pudesse ser posto um sinal de sentido proibido, de Poente para Nascente na Rua Óscar Alvim e vice-versa na Rua das Escolas. -----

----- Passou, então, a apresentar um outro assunto, que disse ser caricato. Referiu que um dia em que houvesse um desafio de futebol internacional no Complexo Desportivo, gostaria de lá ver o Senhor Presidente da Câmara Municipal a fazer de polícia, a comandar o trânsito. Isso porque, muitos dos responsáveis da Autarquia têm os seus filhos a estudar no Colégio das Freiras e quem lá vai deixar os seus filhos de manhã, em vez de encontrar um guarda da GNR, encontra lá a Senhora Directora do Colégio a comandar o trânsito. Nessa medida, destacou o importante papel da comunicação social quanto a essa matéria, no sentido de dar a conhecer, em letras escarrapachadas nos seus jornais, que a Directora do Colégio é quem conduz o trânsito nessa rua. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU). Falando da área da saúde no concelho de Anadia, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que medidas iriam ser implantadas no início do ano, com a movimentação dos Centros de Saúde e o seu agrupamento, porquanto o Centro de Saúde de Anadia perde autonomia, na área da saúde, em relação a alguns concelhos. Pediu, também, ao Senhor Presidente que o esclarecesse, e à Assembleia, sobre se tinha havido alguma evolução na área do protocolo com a Senhora Ministra. Entretanto, referiu não haver nada que dissesse que Anadia tinha melhorado em termos de saúde e, como tinha dito o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), que Anadia era Cidade e que não via grandes alterações, pelo que pediu esclarecimentos ao Senhor Presidente, para si e para os restantes Deputados e Presidentes de Junta, por serem as pessoas que se encontram no terreno e que sentem a preocupação da população do concelho. -----

----- Concluídas as três intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder e esclarecer os mesmos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por cumprimentar os presentes e apresentou votos de que o ano novo traga algo de bem melhor do que aquilo que temos vivido nos últimos dias. Passando a responder ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), disse que continuava a pensar que se a cidade, ou outras coisas, se fizessem a conversar, ou a colocar sinalização, era espectacularmente fácil, referindo que "*não há artes mágicas para fazer cidades*". Entretanto, recordou ao Senhor Deputado, e bastava isso para ser uma grande satisfação para os Anadienses, que já tinha havido o momento em que se podia ser cidade e que esse momento não foi desperdiçado. Constatou que Anadia era realmente cidade e que há uns anos a essa parte, quer como cidade, quer como vila, nunca tinha visto os aglomerados populacionais desenvolverem-se assim tão rapidamente. Continuando, explicou que qualquer obra, e em especial as que eram comparticipadas pelo Governo, até passar a vias de facto, levava uma eternidade. Mas constatou que Anadia tinha as obras anunciadas, tinha outras já concluídas, que faziam com que Anadia fosse hoje já, por exemplo na área dos equipamentos, não auto-suficiente, mas uma realidade em termos de oferta social, quer na área



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do desporto, da cultura, entre outras, e isso é que considerava ser cidade. Não pelo facto de ter muitas ou poucas casas, mas por todo um desenvolvimento interessante, homogéneo, mais ou menos equilibrado, que não consiga, por uma arte mágica, passar do simples aldeão ou vilão ao cidadão. -----

----- Acrescentou, ainda, que Anadia continua o seu trajecto, um trajecto já de quatro anos como cidade e aproveitou para convidar o Senhor Deputado a fazer uma comparação, e apresentar à Assembleia, com tantas outras que também tinham sido elevadas a cidade, para se ver o que nessas terras tinha sido feito para além da tal sinalização. Não deixou, no entanto, de reconhecer que muitas pequenas coisas poderiam ser feitas e adiantou, mesmo, que a Câmara Municipal as iria fazer, atendendo à recomendação do GM do PS, não como uma exigência, mas como uma forma do Executivo colaborar também com aqueles que apresentam sugestões, que não sendo caras, mas que de certa maneira, pelo menos em termos de indicação de locais, trajectos, possam facilitar o cidadão comum. Portanto, disse não ver motivo algum para estar triste por Anadia ser cidade, pelo contrário. Declarou, sim, que estaria presentemente muito triste se não tivessem encaminhado esse movimento, que não era de um cidadão, mas da população em geral, até porque ainda não tinha ouvido ninguém dizer que Anadia deixasse de ser cidade e voltasse a ser vila, por estarem mais prejudicados. -----

----- Em resposta ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), disse já ter sido várias coisas, mas não se via com direito a vestir a farda de polícia, nem o faria, nem para o bem nem para o mal. Declarou ter respeito por essas instituições e adiantou que o muito que poderia fazer era aceitar a recomendação do Senhor Deputado e falar a quem de direito. Entretanto, referiu que o Senhor Deputado também o poderia fazer, até porque quando lhe dizem que é da Câmara, não é assim, adiantando que matéria de trânsito era conveniente, era desejável, e em muitos casos obrigatório, que viesse à Assembleia Municipal e que de certo vai contar com a sua participação. Falando do Colégio Nossa Senhora da Assunção, confirmou ser uma situação ainda mais caricata. No entanto, disse não ter de comentar, até porque se as Directoras fazem esse papel, saberão porquê. O que era facto, acrescentou, era que até ao momento ainda não tinham reclamado junto da Câmara Municipal qualquer protecção em termos policiais para esse efeito. Quando o fizessem, declarou que a Câmara Municipal irá estar atenta para apoiar um Colégio que, como toda a gente sabia, tem uma validade muito especial no concelho. -----

----- Por último, respondendo às interpelações do Senhor Deputado João Morais (CDU), informou que, contrariamente ao que tinha acontecido com as urgências, a Câmara não tinha sido tida nem achada para colaborar no processo de alteração que o Senhor Deputado tinha lido através dos jornais, e que estava a acontecer no campo dos agrupamentos dos Centros de Saúde. No entanto, adiantou que se, e logo, que essa alteração fosse comunicada à Câmara Municipal, da mesma daria conhecimento à Assembleia Municipal. Relativamente à questão das urgências, informou que a situação se mantinha, a aguardar resposta da Tutela. Recorrendo a alguns dados relativos ao surto de gripe que assolava a população, disse que gostaria que tal não fosse necessário, mas adiantou não saber se as urgências de Anadia, a funcionar numa



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dessas situações, iriam resolver o problema porque, apesar de tudo, existia uma saída. E essa saída, se não lhe quisessem chamar de consulta aberta, que a chamassem de um Centro de Saúde dois, porque funciona um centro de saúde. Disse ser essa a sua interpretação, um centro de saúde junto ao Hospital e outro no verdadeiro Centro de Saúde, uma duplicação de serviços, o que não significava duplicação do serviço desejado. -----

----- Voltando a dirigir-se ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), referiu que quando se fala da postura de trânsito, quando fala dessas ruas, se as autoridades propuserem à Câmara Municipal a colocação de determinado sinal, a Câmara ponderará e, se assim o entender, dará resposta. No entanto, esclareceu que particularmente não tinha recebido qualquer pedido ou informação sobre a questão, mas se era do conhecimento do Senhor Deputado, de acordo com a Lei, também o Senhor Deputado poderia apresentar uma proposta, baseada nas tais informações que recebidas da polícia ou de outros. Não deixou, também, de dar a conhecer ao Senhor Deputado que, se uns reclamavam por não poderem parar na farmácia, outros havia que reclamavam por não poderem passar, pelo que, nessas situações, havia que dar alguma folga para que todos passem bem. Esclareceu ser esse, então, o grande objectivo da Autarquia e como a rua não facilita de modo algum essa passagem, esclareceu que só com uma alteração substancial à circulação o problema seria resolvido, o que concluiu não ser de fácil concretização. E para demonstrar isso mesmo, recordou as reacções havidas em Famalicão, em Anadia, em Avelãs de Caminho e noutros locais, onde a Câmara Municipal continuamente teve respostas algo surpreendentes por parte das populações, sempre que procedeu à alteração da sinalização de ruas. Portanto, terminou informando o Senhor Deputado de que a Câmara Municipal não era detentora da verdade, mas que se encontrava disponível para a procurar, no sentido de que ela possa vir a beneficiar a população em concreto. -----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU). O Senhor Deputado voltou a interpelar o Senhor Presidente da Câmara, uma vez que não lhe tinha respondido afirmativamente, esclarecendo que o que tinha sido veiculado na comunicação social sobre as alterações aos Centros de Saúde era que as Câmaras iriam assumir alguma responsabilidade. Nessa medida, declarou-se um pouco surpreendido com a resposta do Senhor Presidente, quanto ao facto da Câmara Municipal não ter sido ouvida, porque o que vinha escrito na comunicação social era que as Câmaras, no futuro, iriam assumir alguma responsabilidade na área dos Centros de Saúde. Quanto à pergunta que tinha feito sobre o protocolo, esclareceu não ter pedido para que o Senhor Presidente lhe respondesse sobre as urgências. Perguntou, sim, quando seria assinado o protocolo, e o que iria ser assinado, porque considera que a situação do protocolo não pode ser protelada, como tem sido a situação do PDM, que já viu volvidos dez anos. Referiu, mesmo, que ou o protocolo é assinado conforme está, e lutam para melhorá-lo no futuro, com gente nova que poderá vir a assumir os destinos do concelho, ou cruzam os braços e continuam a não ter protocolo. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que começou por lembrar que no dia quatro de Novembro passado tinha remetido uma comunicação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a solicitar informação sobre quem tinham sido os sócios que tinham subscrito o aumento de capital da WRC (Web para a Região Centro). Relembrou, porém, que segundo o RAMA, o Senhor Presidente da Câmara tinha trinta dias para lhe responder e acrescentou que relativamente à sua primeira carta o Senhor Presidente da Câmara tinha evasivamente respondido que desconhecia o seu sentido. Contudo, não deixou também de recordar que em plena Assembleia o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito que não sabia de cabeça, mas que iria dar resposta ao seu requerimento. Entretanto, referiu que a resposta do Senhor Presidente tinha sido no sentido de especificar o que pretendia exactamente. A terminar, explicou que o tinha feito, e que estava ciente de que o tinha feito bem, e aproveitou para dizer que já se encontravam volvidos trinta dias sem que o Senhor Presidente da Câmara lhe tivesse dado qualquer resposta. -----

----- Para responder às interpelações dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Começando por responder ao Senhor Deputado João Morais (CDU), esclareceu que o protocolo era proposto pela Senhora Ministra da Saúde, o que até então não tinha acontecido, tendo acrescentado que ele próprio não lhe poderia propor um protocolo porque cabia à Senhora Ministra e a Tutela, através da ARS Centro, propor o protocolo. Relativamente à questão dos Centros de Saúde, disse ter muito respeito pela comunicação social mas ter mais respeito pela instituição que governa. Esclareceu, entretanto, que a Instituição que governa ainda não tinha nada em mãos para lhe poder responder sobre esse problema, ou a forma de o resolver, e acrescentou que quando tiver, será, não através de informação de jornais, mas em forma de protocolo. Para esclarecimento definitivo, como nada tinha sido proposto à Câmara, nem na área dos Centros de Saúde, nem em outras áreas, disse nada ter a discutir e acrescentou que só respondia em termos formais àquilo que era formal. -----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), informou que tudo estava a ser transitado como deveria ser. Confirmou o pedido do Senhor Deputado e, ainda que o Senhor Deputado tivesse dito que tinha sido claro, esclareceu que os serviços assim não entenderam. Consequentemente, confirmou o pedido de esclarecimentos, os quais tinham sido prontamente apresentados pelo Senhor Deputado, concluindo que em função dos mesmos, os serviços estavam, de acordo com a Lei, a envidar os necessários esforços para obter e fornecer a informação que o Senhor Deputado pretendia. Esclareceu, entretanto, que não estava a ser sonegado qualquer tipo de informação e que a resposta seria dada, precisa e atempada, mas adiantou, no entanto, tratar-se de uma empresa municipal, com gestão própria, pelo que tinha de ser consultada. -----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que esclareceu não duvidar que o





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente da Câmara não viesse a ter essa informação. Porém, referiu que o Senhor Presidente não estava a cumprir a Lei, porque a Lei conferia-lhe trinta dias para responder e os trinta dias já tinham passado, e até sessenta. Rematou, dizendo que o seu pensamento era que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não estava a ser claro. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU). O Senhor Deputado pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que o esclarecesse, assim como à Assembleia, sobre quando o PDM seria colocado a discussão pública. -----

----- Para responder às anteriores interpelações, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Relativamente à questão do PDM, começou por dizer que essas eram as respostas que ele próprio também gostaria de ter. Informou, entretanto, que na Zona Centro, segundo sabia, ainda nenhum PDM em revisão tinha sido aprovado. Referiu tratar-se de um problema complicado, que urge ser resolvido, mas que quando se fala que vão facilitar os procedimentos, começa-se a mexer nos procedimentos e a mesma coisa ou pior ainda é encontrada. Lamentou, também, o facto do *simplex* não ter chegado aos PDM, porque ainda que pareça que tudo é mais simples, chegam depois à conclusão que tudo é mais difícil. E constatou que muitas vezes não era só falta de tempo, porque apesar das queixas de que a Câmara não responde a tempo, o processo de tramitação do PDM é que é moroso, ou pelo facto das entidades não possuírem capacidade de resposta célere, ou por quaisquer outras razões, nomeadamente a demora na marcação das necessárias reuniões por parte das entidades, como a CCDR. Concluiu, informando o Senhor Deputado e o Plenário de que, no momento, o PDM estava outra vez a aguardar a apreciação das entidades, pelo que, logo que concluíssem a necessária apreciação, a Câmara Municipal estaria receptiva a cumprir com as indicações que viessem a ser apresentadas, uma vez que a aprovação do processo não era da competência da Câmara Municipal. -----

----- Concluídas as intervenções do PAOD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por terminado e, de imediato, deu entrada no período da ordem do dia, tendo passado a apresentar o seu ponto um: "*Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)*". Para introduzir o ponto, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir tratar-se de um documento que, por força da Lei, é discutido em todas as sessões ordinárias, porque a Câmara tem obrigação de dar conhecimento da sua actividade e, ainda por cima, de esclarecer aqueles que estão no lugar de verdadeiros fiscalizadores. Acrescentou, também, que a informação prestada no documento era meramente indicativa, porquanto muitas das obras nele enumeradas eram do conhecimento geral, na medida em que se referiam a toda a actividade da Câmara Municipal no concelho. Portanto, afirmou que, mais uma vez, era de certo modo demonstrado que a Câmara Municipal de Anadia, apesar de se ver por aí as obras públicas todas paradas, continua a



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalhar. Exemplo disso, é o facto da Autarquia ter uma programação, ter projectos, porque vai tendo algum dinheiro para realizar obras e, concretamente, no sector dos fundos comunitários, onde algumas dessas obras, poucas - porque o terceiro quadro comunitário está no fim - ainda beneficiaram dos quadros comunitários que se extinguem precisamente no dia trinta e um de Dezembro, tornando-se necessário, para tal, apresentar toda a contabilidade, dados de toda a sua acção, do que tiver sido feito, claro, até ao dia nove de Janeiro, que foi a data limite que deram para entregar a documentação, mas com data, de trinta e um. -----

----- Não deixou, também, de referir que dois anos volvidos de quadro comunitário em função e as Câmaras Municipais ainda não tinham podido receber qualquer participação ou ver, inclusivamente, as suas obras, aprovadas, a ser participadas. Reconheceu, no entanto, ser certo que a maior parte delas só recentemente estavam praticamente, ou a ser projectadas, por parte das Câmaras que não sentiriam provavelmente certezas nas obras que iriam ser participadas. Entretanto, destacou um caso concreto, que muito o orgulhava e sobre o qual não tinha sido interpelado. Assim, deu a conhecer que tinha acabado de receber um documento do POVT (Plano Operacional para a Valorização do Território) para a Autarquia receber um milhão, novecentos e trinta mil euros referentes de uma obra do QREN - o Velódromo Nacional de Sangalhos, dinheiro que vem directamente dos fundos comunitários e que iria ser depositado até ao final do ano, para dizer que tal significava que as pessoas acreditaram nos projectos da Câmara Municipal de Anadia. Pelo exposto, referiu serem essas as tais situações que demonstram que valeu a pena acreditar, e acrescentou que relativamente ao Velódromo tinha de reconhecer que o Governo estava a cumprir o que tinha prometido. Referiu que já pagou o dobro do dinheiro que recebeu, mas que o Governo estava a pagar e a cumprir, pelo que se regozijava com isso. Portanto, referiu que, por vezes, as obras no papel podiam parecer nada dizer, mas no local tinham muito a admirar e até a comentar. Não obstante, considerou que o documento em análise era relativamente exaustivo, onde não eram referenciadas muitas pequenas coisas, mas era um documento que definia, mais ou menos, a actividade que a Câmara Municipal tinha tido no período a que se referia. Reforçou, ainda, que em sua opinião a Câmara não tinha estado parada, continuava a fazer aquilo o que tem vindo a fazer, com uma aposta também contínua na administração directa, como verificado. -----

----- Decorrida a introdução efectuada pelo Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS). Depois de cumprimentar os presentes, passou a falar sobre a questão do PDM. Considerou, então, que a resposta que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dado ao Senhor Deputado João Morais (CDU) lhe parecia conflitar um pouco com o que vinha referenciado no documento em discussão. Lembrou, então, que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito que o PDM estava pronto, entregue e a aguardar uma solução. No entanto, constatou que o documento referenciava a existência de uma proposta final de ordenamento, de uma solicitação de pareceres e da elaboração de um regulamento, o que concluiu dar a sensação que existia



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda uma série de parâmetros a preencher para dar como concluída a proposta de PDM. Perante o exposto, solicitou um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU). O Senhor Deputado começou por lembrar que tinha interrogado o Senhor Presidente da Câmara Municipal, há seis meses atrás, sobre as análises das águas e que lhe tinha pedido para que, sempre que fosse analisada a água, uma cópia da análise acompanhasse o recibo de pagamento dos munícipes. Recordou, também, que em resposta, o Senhor Presidente da Câmara lhe tinha dito que tal seria um pouco complicado, mas que disponibilizaria esses dados na Internet. Assim, e depois de consultar o sítio da Câmara Municipal na Internet, disse ter verificado a existência de análises de água, mas referentes ao ano de dois mil e sete e sem qualquer dado relativo ao ano de dois mil e oito. -----

----- Depois, deu a conhecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que alguns restaurantes da região foram inspeccionados pela ASAE e que um dos primeiros documentos que lhes tinha sido solicitado pela inspecção tinha sido a análise da água do estabelecimento. Em resposta, os proprietários informaram que utilizavam água rede pública, pelo que a competência era da Câmara Municipal. Assim, o Senhor Deputado referiu que os empresários da restauração o tinham questionado sobre se quando se deslocassem à Câmara Municipal para solicitar essas análises, teriam de pagar esse documento, e perguntou, por sua vez, ao Senhor Presidente da Câmara se sempre que qualquer empresário da restauração se dirigir à Câmara, de três em três meses, para adquirir esse documento, se o mesmo lhes seria emitido gratuitamente ou não. -----

----- Continuando, interpelou o Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao transporte dos alunos e especificamente sobre a carreira Anadia – Oiã. Justificou essa sua interpelação pelo facto de por diversas vezes acontecer os alunos “ficarem em terra” por o autocarro já se encontrar com a lotação esgotada e o motorista se recusar a aceitar os alunos. No entanto, explicou que nessa carreira a Transdev transportava e cobrava a qualquer passageiro que a utilizasse e, quando interpelada pelos Pais das crianças e pelos Conselhos Directivos das duas Escolas de Oliveira do Bairro, tinha respondido que a Câmara Municipal tinha negociado mal esse contrato. Nesse pressuposto, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se sempre que um aluno ficasse em terra e que tivesse de recorrer a um táxi, quem pagaria essa despesa, a Câmara Municipal ou a Transdev? -----

----- Apresentando uma última questão, relativamente à Zona Industrial do Paraimo, perguntou porque razão a mesma ainda não estava dotada de saneamento. Deu a conhecer, então, que também recentemente a ASAE tinha visitado uma das empresas instaladas naquela Zona Industrial, tendo perguntado porque lá andava a cisterna dos Serviços Municipalizados de Anadia, ao que de imediato foi informada de que lá estava porque era requisitada pelos serviços das empresas para fazer o vazamento das fossas. O Senhor Deputado recordou, entretanto, que já tinha chamado a atenção do Senhor Presidente da Câmara, numa anterior sessão, para a questão do saneamento daquela Zona Industrial e para a electrificação da Avenida e Rotunda



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que separa Sangalhos e a Fogueira. Por forma a evitar acidentes como o que disse que lá ia acontecendo há dias, propôs ao Senhor Presidente para que tomasse isso em atenção porque não bastava, como o Senhor Presidente da Câmara tinha dito, não ter dívidas, era preciso, também, utilizar o dinheiro. Como tal, e porque aquela Zona Industrial também não tem placas informativas do lado Sul e do lado Norte da Freguesia, caso a Câmara Municipal não tivesse dinheiro, disse para que fossem mandadas fazer as placas que a despesa poderia ser cobrada das suas senhas de presença, que não ficava zangado por isso, porque o que queria era o bem-estar da sua freguesia e do seu concelho. -----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Começando por responder ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), explicou que em determinada altura a Câmara Municipal tinha denunciado o contrato que tinha celebrado com a empresa até então responsável pela elaboração do processo de revisão do Plano Director Municipal de Anadia, precisamente para que passasse a ser da responsabilidade dos serviços camarários e porque reconheceu haver sempre a necessidade de introduzir ajustamentos face à permanente alteração do quadro normativo urbanístico aplicável. Entretanto, esclareceu que os pareceres a que o Senhor Deputado se tinha referido eram os pareceres finais e acrescentou que quando se falava da proposta de ordenamento, de acordo com as orientações da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), a prioridade foi dada à definição dos novos perímetros urbanos, na sequência da qual foram feitos os pedidos de desanexação das zonas de REN e de RAN. Continuando, explicou que o que acontecia era que, na sequência de uma reunião realizada na CCDRC, tinham sido detectadas, na proposta de ordenamento entregue, e especificamente na proposta de perímetros urbanos, algumas áreas que efectivamente não tinham sido desafectadas da RAN e da REN, tendo sido solicitado, por aquela entidade, que a equipa técnica responsável procedesse à necessária revisão da proposta. Entretanto, esclareceu que a equipa técnica tinha chegado à conclusão que grande parte das áreas em causa tratavam de pequenos acertos para a definição final dos perímetros urbanos, que não deixavam de necessitar de prévia autorização das entidades competentes. -----

----- Quanto à questão do Regulamento, confirmou que estava elaborado, mas que, também por força das sugestões apresentadas pela entidades e da permanente actualização do quadro normativo, a equipa técnica responsável, conseqüentemente, teria de proceder à introdução das necessárias correcções. Exemplo dessa alteração do quadro normativo, disse ter sido a necessidade de elaboração de um relatório de avaliação ambiental estratégica, que a Câmara Municipal teve de adjudicar à Universidade de Aveiro, o que também contribuiu para prolongar o processo de revisão. Portanto, e dirigindo-se ao Senhor Deputado, disse que enquanto não fosse agendada e realizada a reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento, há bastante solicitada pela Câmara Municipal, a equipa não poderia finalizar o trabalho, tendo acabado por lançar um convite a todos os Senhores Deputados para, à semelhança do que já tinha feito no passado, assistirem a essa reunião, de modo a poderem dissipar quaisquer dúvidas que



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pudessem subsistir relativamente à situação do processo. Reforçou que o processo de revisão do PDM estava em fase de conclusão, sob a responsabilidade da equipa técnica designada para o efeito, mas que, ainda assim, carecia do acompanhamento das entidades competentes, nomeadamente a CCDRC. No entanto, não deixou de demonstrar alguma esperança no acontecimento de alguns desenvolvimentos favoráveis, os quais disse que comunicaria à Assembleia Municipal. -----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado João Morais (CDU), informou que a documentação que qualquer munícipe necessitasse, no campo da restauração, sobre a qualidade da água do concelho, os serviços atestavam-na imediatamente, bastava vi-la solicitar. Mas dizer que a água da rede não estava boa, disse tratar-se de uma afirmação de uma gravidade de todo o tamanho. Entretanto, estranhou o facto de só se encontrarem disponibilizadas na Internet as análises de dois mil e sete e não estarem as de dois mil e oito, tendo adiantado ao Senhor Deputado que iria procurar saber o que se passaria, porque razão não estavam disponibilizadas. Mas esclareceu que disponibilizar todas as análises com o recibo da água seria uma solução, que apesar de ser possível, não era de fácil concretização técnica. Assim, informou que eram divulgadas as análises obrigatórias, que eram feitas à água da rede, desde a captação até à recolha nas casas, as quais explicou serem feitas de forma aleatória, resultando, daí, situações estranhas, como pessoas com a água ligada, mas que não se serviam da água da rede. Disse acontecer, também, os serviços estranharem como em alguns sítios a água não chega com as condições iguais às da rede, mas depois de analisada, concluem haver intromissão de águas na rede. Nessa medida, destacou a necessidade de uma fiscalização permanente para evitar esses e outros abusos, alguns, também, por falta de cuidado, por terem provavelmente o sistema ligado às canalizações nas casas com um outro sistema. Adiantando ser do conhecimento dos serviços algumas situações, esclareceu que as mesmas têm vindo a ser reprimidas, mas reconheceu ser quase impossível detectar todas, porque há muitas instalações que a fiscalização vai descobrindo com *"by-pass"*, a tirar a água sem passar ao contador. A concluir, confirmou a existência de muitas complicações em todos os circuitos, as quais disse não serem de fácil controlo, mas adiantou que os serviços iam fazendo os possíveis para evitar essas situações. -----

----- Relativamente à questão dos transportes, informou que a Câmara Municipal tem contratos assinados, para garantir o transporte dos alunos. Considerou, entretanto, que os encarregados de educação dos alunos que se deparavam com os problemas que o Senhor Deputado tinha adiantado, deveriam apresentá-los, de imediato, nos serviços de educação da Câmara Municipal, para serem analisados e solucionados de acordo com o que estava definido no contrato. Acrescentou, ainda, que o facto da lotação ir esgotada não era justificação, devendo a empresa recorrer a outro carro. Reconhecendo tratar-se de uma situação que não era normal, disse que a Câmara Municipal agradecia que a mesma fosse denunciada, reduzida a escrito, para que os serviços a pudessem corrigir. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quanto à sinalização das Zonas Industriais, especificamente da do Paraimo, informou que a mesma já tinha sido solicitada. Relativamente à iluminação, informou que o projecto já tinha sido elaborado, estando a Câmara Municipal a aguardar o orçamento para a sua execução. Sobre o saneamento, lembrou que o da Zona Industrial do Paraimo tem interferência com o saneamento de Ancas, que brevemente iria ser posto em funcionamento. Concluída essa fase, informou que nessa altura, já a Câmara Municipal não seria obrigada a fazer o que o Senhor Deputado tinha verificado. Acrescentou, então, que a Câmara Municipal emitia uma declaração para o efeito, e realizava o serviço por meio de uma cisterna, apenas para os efluentes não tóxicos, normais, e também para evitar que as empresas se deparem com problemas de licenciamento, porque os outros não é obrigada a tirar, as empresas têm de ter recipientes próprios para levar a quem de direito esse tipo de efluentes. -----

----- Para voltar a intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU). O Senhor Deputado esclareceu o Senhor Presidente da Câmara Municipal que não tinha feito a pergunta nem tinha dito que a ASAE tinha referido que a água estava imprópria para consumo. Simplesmente tinha exigido aos empresários da restauração que se munissem junto da Câmara Municipal de um documento, uma vez mínima ano, mas se possível, todos os trimestres, sempre que a Autarquia analisasse a água, ao abrigo do Decreto-Lei nº 386/2002. Perante essa exigência, disse ter verificado, através da Internet, que estavam disponibilizadas todas as análises de dois mil e sete, de todas as freguesias, mas que não estavam incluídas as de dois mil e oito. E esclareceu, mais, que a pergunta que lhe tinham feito os empresários da restauração era se seriam ou não obrigados a pagar o documento, sempre que fossem obrigados a solicitar esses serviços. Apenas isso. E que a inspecção não tinha dito que a água estava imprópria, mas que eram obrigados a cumprir o Decreto-Lei 386/2002. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS). Ainda sobre o assunto por si abordado, começou por perguntar se o documento estava, ainda, sujeito a alguns acertos e se estava na Direcção Regional do Ambiente. Porque, explicou que a dúvida que subsistia era para quando os Deputados poderiam ter acesso a um documento que lhes permitisse dizer claramente o que é REN, o que é RAN e o que é perímetro urbano. Disse ser realmente essa a dúvida que persistia e cuja resposta vinha sendo sucessivamente adiada. No entanto, esclareceu que não estava a dizer que a culpa fosse da Câmara Municipal, mas considerou que caberia à Câmara responder a essa questão, se não exactamente, pelo menos com alguma proximidade. -----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Maria Ribeiro (PS), para intervir. Aproveitando o facto de ter sido abordado o assunto sobre análise de águas, fez uma observação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Referiu que no primeiro ano do seu mandato, há três anos atrás, tinha mandado analisar a água do Cruzeiro de Mogofores, porque havia muita gente que lá bebia água, tendo, na altura recorrido à Câmara Municipal, que o



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

encaminhou para a Delegada de Saúde. Informou, então, que a Delegada de Saúde tinha analisado a água e que lhe tinha cobrado uma taxa no valor de cento e quinze ou cento e vinte euros, a qual disse ter pago e não ter reclamado. Pelo exposto, perguntou até que ponto essa análise teria de ser solicitada pela Junta de Freguesia e paga pela Junta de Freguesia. -----

----- Decorridas as interpelações dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por responder ao Senhor Deputado João Morais (CDU). Declarou não estar preocupado com a qualidade da água, porque até ao momento não tinha havido problemas. Mas, assim como o Senhor Deputado consultava a Internet para ver essas coisas, e muito bem, sugeriu que aproveitasse para aproveitar para consultar o Regulamento e Tabela de Taxas do Município, porque lá deveria estar definido se esse documento teria de ser pago, ou não. Se tal não estivesse definido, disse que o documento seria fornecido gratuitamente. -----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), confirmou poderem vir a ser introduzidas, ainda, após a exposição pública do documento, alterações ao mesmo, que não deixavam de carecer de autorização prévia das entidades competentes. No entanto, perante a possibilidade de vir a ser publicada legislação no sentido de obrigar os proprietários de terrenos rústicos abrangidos pela nova proposta de perímetros urbanos a promover a sua actualização matricial, ficando, posteriormente sujeitos ao agravamento da tributação patrimonial, adiantou ser possível que esses proprietários não venham a querer a inclusão dos prédios na sobredita proposta. Assim, referiu que o que tinha acabado de explicar tinha vindo a propósito para dizer que os acertos teriam de ser feitos, naturalmente, até ao dia em que o processo de revisão fosse enviado para publicação em Diário da República, sempre precedidos das necessárias autorizações. Posteriormente à publicação, só em sede de nova revisão do Plano seria possível modificar a proposta de ordenamento. -----

----- Para concluir a resposta a este Senhor Deputado, referiu que naquele momento o mesmo poderia considerar que se encontrava realizado 95% do processo de revisão do PDM de Anadia, porque já tinha inclusivamente os Pareceres das Reservas Ecológica, Agrícola e da Comissão Técnica de Acompanhamento. No entanto, disse que só isso não era suficiente porque, enquanto não fosse realizado o período de consulta pública, como era normal, não poderia ser publicado. Portanto, concluiu ter alguma validade em termos de futuro, mas não ter em termos reais e acrescentou que apesar da Câmara Municipal ter tudo disponibilizado na sua página da Internet, naturalmente que havia sempre um trabalho extra que apenas estaria disponível nos serviços técnicos para quem quisesse consultar. -----

----- Relativamente à interpelação do Senhor Deputado José Maria Ribeiro (PS), o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu tratar-se de uma situação que se passava com todos os Presidentes de Junta. Era a eles que cabia mandar analisar a água dos fontanários e pagar, porque Câmara Municipal também o fazia, sendo que a única coisa que poderiam fazer era solicitar a colaboração da Câmara Municipal, mas foi adiantando que não dizia declaradamente que a Câmara não pudesse ajudar, mas que não iria abrir uma excepção como essa porque,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como seria do conhecimento geral, o concelho era dotado de um grande número de fontanários, e para cumprir rigorosamente com a periodicidade definida para realização das análises, gastaria bastante dinheiro. A não ser que depois de muitas análises realizadas, cheguem à conclusão que a água não é das melhores e, obrigatoriamente, terão de colocar a informação "imprópria para consumo". -----

----- Concluída a explicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por terminado o ponto um da ordem do dia, tendo prontamente dado entrada no ponto dois da mesma: "*Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano da Câmara Municipal de Anadia, para o ano de 2009, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA*". Para introduzir o ponto, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que no Executivo Municipal a oposição se tinha referido ao orçamento como um orçamento igual a tantos outros. Mas acrescentou estar contente por ser um orçamento igual aos anteriores, porque, na verdade, os anteriores tinham dado a possibilidade à Câmara Municipal de fazer alguma coisa: o dinheiro conseguido, as obras programadas, a acção social, a cultural, o apoio financeiro às Juntas de Freguesia e às Instituições, enfim, tudo o que foi possível desenvolver com o anterior orçamento. -----

----- Reconheceu, entretanto, que chegou a recear não ter dinheiro para o orçamento, porque só vem ouvindo falar de crise e, como acompanha o documento, que é feito nos serviços técnicos, apesar de só discutir os números, não a forma como são apresentados e elaborados, chegou a preocupar-se. Mas disse ter havido algo que o começou a deixar mais tranquilo, que foi o facto da sua equipa, na sua gestão normal da Câmara Municipal, ainda conseguir valores que resultaram na conta que estava em discussão, ainda mais qualquer coisa do que o ano anterior. Referiu, ainda, não ter sido naturalmente muito difícil chegar a esses números, porque têm obras programadas e aprovadas, com financiamentos aprovados e outros em vias disso, que somados, resultam exactamente nesse fantástico número de vinte e oito milhões e tal de euros. Continuando, afirmou que a oposição lhe queria dizer, claramente, que se não tivesse o Velódromo não tinha nada. Mas esclareceu já não ter o Velódromo, ainda que a Câmara continue a pagar todos os dias. Então, explicou que o que pertencia à Câmara Municipal pagar, relativamente à obra do Velódromo, já estava quase liquidado, por estranho que parecesse, à excepção dos terrenos, das áreas envolventes, o que teria de ser feito com o orçamento municipal. Na prática, esclareceu que o que pretendia dizer era que não tinha sido a obra do Velódromo que tinha contribuído para esses números. -----

----- Então, adiantou que poderiam perguntar porque estavam inscritas tantas obras que traduzem números meramente indicativos. E explicou que não iria submeter a Câmara a loucuras, fazendo obras, obras, criando, depois, problemas aos seus fornecedores e aos seus empreiteiros. Assim, como estavam ainda a ser preparadas as candidaturas dos projectos, a sua quantificação, decidiram inscrever valores indicativos e não o valor total da obra, porque





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

através de estimativa. Acrescentou, ainda, que quis um orçamento realista, um orçamento onde, disse não saber quanto custava o Centro Escolar de Avelãs de Caminho/Avelãs de Cima, o Centro Escolar de Paredes do Bairro, outras obras noutras escolas, a própria regeneração urbana, pelo que apresentou os números inscritos no documento. Disse não ser difícil introduzir no mapa das receitas e das despesas, quatro ou cinco milhões de euros a mais, mas não se escolheu essa via, mas antes optando pela solução das alterações orçamentais, ou no caso da entrada de dinheiro para projectos novos, da revisão orçamental, também prevista na Lei, caso haja alguma alteração de entrada ou saída de dinheiro das contas da Câmara Municipal. Portanto, referiu tratar-se de um orçamento que, em ano de crise, não era propriamente de miséria, até porque, afirmou não estar nos horizontes da Câmara ser ainda afectada de uma forma violenta, em termos financeiros, no ano seguinte. Destacou, também, o reforço que foi efectuado na verba a atribuir às Juntas de Freguesia, que muitas Câmaras nem atribuem nada, e concluiu tratar-se de uma política de continuidade, que até então tem corrido mais ou menos bem e continuará a correr, no convencimento de que o orçamento, tal como está elaborado, irá possibilitar uma boa concretização. -----

----- Decorrida a introdução feita pelo Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu nota dos tempos de intervenção dos vários GM, a funcionar numa grelha alargada de cento e vinte minutos, nos termos do n.º 6 do art.º 35.º do RAMA, após o que deu entrada no período de intervenções e concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para intervir, não sem antes solicitar à primeira secretária que passasse a presidir aos trabalhos por alguns momentos. -----

----- O Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) começou por invocar as palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal, quando caracterizou o orçamento como um orçamento de continuidade, para confirmar tal facto, como aliás recordou já lhe ter sido observado e ter sido confirmado pelo GM do PS. Referiu, ainda, tratar-se de um orçamento muito semelhante e com a mesma lógica dos anos anteriores e, por essa razão, disse que o PS o iria criticar, à semelhança do que também vem fazendo nos anos anteriores. Assim, disse pensarem ser um orçamento que traduz uma política que não é a do PS, com prioridades que não são as suas, pelos motivos que iria passar a expor, para além daquilo que já tinha sido publicado na comunicação social, motivos esses que passou a apresentar. Começou por referir que logo nos primeiros mapas se verificava o aumento das despesas correntes em contraste com a redução das despesas de capital, ou seja, das despesas de investimento. Então, lembrou que o GM do PS, em anos anteriores, já tem vindo a chamar a atenção para o facto da Câmara Municipal de Anadia investir pouco, e investir pouco naquilo que virá a ser o futuro de Anadia. Continuando, referiu que a Câmara, e a sua maioria PSD, estava a perder o futuro e tinha vindo a fazer o concelho perder e falhar o futuro. Até em situações que eram essenciais, em carências básicas que eram essenciais, como, por exemplo, na questão do saneamento, onde continuava sistematicamente a reduzir verbas. Para tal, recordou uma notícia que tinha sido publicada num artigo de jornal do concelho, relativamente a uma informação recolhida do Instituto Nacional de



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estatística, onde se mostrava que o concelho de Anadia tinha uma cobertura da sua população de 21% relativamente às ETAR e de 27% relativamente à drenagem de águas residuais, comparado com uma percentagem de 95% no vizinho concelho da Mealhada, ou com percentagens que variavam entre 86 e 87% no vizinho concelho de Oliveira do Bairro. Não deixou, no entanto, de admitir que esses números poderiam já não estar actualizados. Eram recolhidos do INE de há pouco tempo, mas marcavam um contraste tão grande que disse não poderem ignorar, nem ficar calados perante uma carência tão básica do concelho de Anadia. E disse mesmo tratar-se de uma carência que o GM do PS vinha sistematicamente denunciando em sucessivas intervenções e que não poderiam deixar passar em claro, porque existia um atraso significativo relativamente aos concelhos vizinhos. -----

----- Destacou, de seguida, outra área, a área do desenvolvimento económico, onde afirmou estarem incluídas as Zonas Industriais, e onde era também flagrante o atraso do concelho relativamente aos concelhos vizinhos. Voltou a lembrar que ainda há cerca de um ano, tinha havido um jornal, também da região, que tinha feito uma comparação da ocupação, em termos de empresas e de condições, entre os vários concelhos, no que às Zonas Industriais respeitava. Nesse caso, recordou que o concelho de Anadia tinha inclusivamente pecado por omissão, nem sequer tinha respondido a esse inquérito do jornal. Mas acrescentou que o GM do PS, por informação prestada pela própria Câmara Municipal, tinha completado um quadro que era desolador, onde se podia verificar que o concelho de Anadia estava completamente atrasado e a perder terreno relativamente aos concelhos vizinhos, em matéria de desenvolvimento económico, de captação de empresas e de captação de emprego, pelo que não poderia deixar passar em claro. -----

----- Prosseguiu, referindo que não era por falta de dinheiro do Estado, porque felizmente verificavam nos mapas que as transferências do Estado, quer transferências correntes, quer transferências de capital, tinham sofrido um aumento no total de dezassete milhões de euros para dezanove milhões de euros, aproximadamente, o que concluiu ser mais um desmentido das queixas que tinham ouvido até então. Destacou que inclusivamente tinha havido moções de censura ao Governo por causa da Lei das Finanças Locais e, afinal, verificavam que tanto no ano anterior, como naquele ano, tinha havido um aumento de transferências do Estado a favor do concelho de Anadia, desmentindo, portanto, essas queixas que o PSD tinha veiculado contra o Governo, que, afinal, não tem esquecido o concelho. -----

----- Quanto ao Velódromo, reconheceu tratar-se de um investimento importante, que era subsidiado pelo Estado na ordem dos 75%, que esperava que fosse levado a bom termo. Disse esperar, também, pelo novo Centro Escolar, esperando, inclusivamente, que fosse concretizado o anúncio que o Governo tinha feito no âmbito do novo programa de ataque à crise económica e financeira, no sentido de contemplar uma verba importante também em termos de Centros Escolares. Acreditando que o Senhor Presidente da Câmara ainda não tivesse informação concreta sobre o que poderá caber à Câmara Municipal daquela rubrica dos Centros Escolares,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

afirmou que esperavam, também, que alguma coisa viesse a beneficiar o concelho nessa matéria. -----

----- Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, declarou que perante todas as razões que tinha acabado de enunciar, o GM do PS não poderia modificar o voto negativo, o voto contrário que vinha mantendo nos anos anteriores e que este ano repetia. Aliás, sendo o último orçamento que avaliavam antes das próximas eleições autárquicas, disse ser como que um balanço do mandato que já podiam fazer e em que realmente só tinham que confirmar as razões de crítica que tinham relativamente à política que vinha sendo seguida pela maioria PSD, que não tinha beneficiado o concelho e que o tinha deixado atrasar relativamente aos concelhos vizinhos. E disse não se tratar apenas de uma questão de infra-estruturas, caso do saneamento, que tinha os canos enterrados, caso de outras obras que vinha sendo feitas. Era, também, o pouco aproveitamento, o escasso aproveitamento que algumas das obras inauguradas efectivamente tinham, que contribuía para que a população não estivesse a beneficiar concretamente de algumas dessas obras que tinham sido inauguradas. -----

----- Antes de concluir, disse ter uma outra observação a fazer ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente a um quadro que estava incluído no Plano de Actividades Municipal e que tinha o pomposo nome de Actividades Mais Relevantes para dois mil e nove. Assim, referiu que o GM do PS estava à espera, e qualquer outra pessoa de fora que quisesse analisar as actividades mais relevantes para dois mil e nove, de uma meia dúzia, quando muito, de obras realmente importantes, rubricas que enchessem o olho e que, de uma maneira imediata, lhes dissesse o que realmente de relevante se estava a passar no concelho. Mas, constatou que o que verificavam era dezenas de rubricas minúsculas, que adiantou não se atrever a dizer irrelevantes, porque nada de irrelevante podia ser para o concelho de Anadia, mas que grande parte delas tinham o título de outros bens, outras despesas, diversos, outros, particulares, públicos. Perguntou, então, se seriam essas as actividades mais relevantes ou, então, haveria ali qualquer coisa que não jogava bem, porque nem era muito digno de um documento tão importante como era o orçamento anual da Câmara Municipal. No mínimo, considerava tratar-se de um título completamente desajustado. Então, deixou à consideração do Senhor Presidente da Câmara porque reforçou haver qualquer coisa que não jogava naquele mapa, relativamente ao título, relativamente ao conteúdo, que de relevante nada tinha, nada de grande, de dignificante, enfim, que pudesse estar incluído num quadro daqueles. Terminou, recordando o voto contra este orçamento para dois mil e nove do GM do PS. -----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), a Senhora Primeira Secretária que presidia momentaneamente à sessão, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS) para intervir. O Senhor Deputado começou reforçar o que tinha dito o seu colega, Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), constatando tratar-se, realmente, de um orçamento que estava feito na linha dos anteriores e, portanto, votado, um pouco, também, ao que tinha acontecido no passado. Constatou, ainda, que efectivamente os factos tinham dado razão às críticas do Partido Socialista, e bastava ver, até, a comunicação financeira que o



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente da Câmara tinha fornecido nos elementos que estavam a discutir, onde podiam constatar 41% apenas de receitas de capital e 47% em termos de despesas de capital, ainda que pensasse não ser do ano todo, naturalmente, mas não deixava de ser uma parte significativa. -----

----- Entretanto, constatou, também, que o orçamento estava dominado por duas obras, o Centro de Alto Rendimento – Velódromo de Sangalhos e o Centro Escolar de Arcos, não tendo deixado de reconhecer tratar-se de duas obras importantes para o concelho. Não obstante, referiu que os valores que envolviam eram de certo modo avultados – correspondiam a 56% das receitas de capital - o que queria dizer que mais de metade das receitas de capital iriam para o Velódromo e 47% de despesa de investimento também iria para esses dois tipos de investimento. Concluiu, afirmando que, na opinião do GM do PS, tal trazia um desenvolvimento bastante desigual para o concelho porque o dinheiro caía todo ali. Constatados alguns factos, disse que gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre dois aspectos: um sobre o transporte rodoviário, onde aparecia uma verba de um milhão duzentos e cinquenta mil euros, quando no orçamento do ano anterior, a verba inscrita para rede viária era zero, o que reflectia um desvio muito grande. Naturalmente, reconheceu ser importante para as vias de comunicação, que tudo esteja arranjado e que as vias estejam transitáveis, mas não deixou de questionar porquê agora, quando no ano anterior o orçamento de rede viária não tinha qualquer verba e agora tinha um milhão, o que traduzia uma diferença muito grande. Relativamente à segurança nas estradas, a sinalização nas estradas, constatou o facto das sinalizações nas estradas estarem apagadas, o que normalmente trazia grande dificuldade para se movimentarem, acrescida quando em altura de nevoeiro. Apresentou, entretanto, uma situação menor, mas que não deixava de ser importante, que se passava na sua freguesia. Referiu que várias pessoas lhe vinham fazendo queixa, relativamente à falta de iluminação na zona que liga a Escola da Poutena a Torres, tendo afirmando que “*não há lá uma lâmpada*”. Nesse sentido, apelou ao Senhor Presidente da Câmara para que diligenciasse no sentido de lá mandar colocar uns postes com umas lâmpadas, até porque se tinha apercebido de que andavam a mexer na iluminação, e considerava ser uma boa altura para o Senhor Presidente colocar iluminação naquela zona. -----

----- Questionou, também, o Senhor Presidente da Câmara quanto às transferências para as Juntas de Freguesia. Reconhecendo, uma vez mais, com sinceridade, a importância da transferência de verbas para as Freguesias, para aquelas Autarquias poderem trabalhar, mas o certo era que, desta vez, tinham sido mais 40% do que nos anos anteriores. Assim, perguntou se nos anos anteriores também não era importante as Freguesias terem assim bastante dinheiro. Entretanto, disse não ter vislumbrado no orçamento qualquer referência ao canil. E justificou o facto de ter levantado essa questão por ter vivido, precisamente no dia anterior, uma situação menos positiva com tantos cães que andavam à solta e que levavam as pessoas a receá-los. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relativamente às Grandes Opções do Plano, e ao Plano Plurianual de Investimentos em particular, comentou o facto de não existirem projecções para o futuro. Com isso queria dizer que o que estava calendarizado era para o ano seguinte, nada havendo em termos de futuro. Sendo da opinião que um orçamento deveria projectar um pouco o concelho, considerou que todos deveriam ter uma perspectiva mais alargada do que a Câmara queria fazer em termos de obras, em termos de desenvolvimento do próprio concelho. A terminar, disse que, na sua óptica, tal vinha dar razão quando os Deputados do GM do PS faziam algumas observações relativamente ao documento. -----

----- Para responder às intervenções pretéritas, a Senhora Primeira Secretária passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Começou por dizer que a oposição, apesar de ter votado contra o orçamento, tinha estado mais modesta na acusação. Passando a responder ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), confirmou tratar-se de um orçamento de continuidade, que a maioria PSD iria tentar cumprir, pelo quarto ano consecutivo, e acrescentou, ainda, que o iria seguir, na medida do possível, por ser a política da maioria PSD e por não ser a política do PS. Sobre o aumento das despesas correntes, nomeadamente com pessoal, referiu que iria muito mais longe com essas despesas se fosse a fazer a vontade ao Governo PS, perante todas as delegações de competências que o Governo do PS queria transferir para as Câmaras Municipais. E referiu ser essa a intenção do Governo, por não querer ter despesas com pessoal e querer mandar embora os tais milhares de trabalhadores. Assim, disse que o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), quando se tinha referido ao facto do mapa das despesas correntes ter evoluído de forma assustadora, deveria pensar no quadro de setenta e algumas pessoas que a Câmara Municipal já tinha na área da educação. Ainda que reconhecendo que o Governo tem vindo a contribuir com transferências de verbas, referiu que não precisava de nada disso, por se tratar de uma competência do Estado, mas que, no entanto, no orçamento, tinha de aparecer como despesas correntes. -----

----- Depois, sobre as críticas de que a Câmara de Anadia pouco tinha em termos de saneamento, principalmente quando comparada com percentagens de Municípios vizinhos, e que, inclusivamente, tinha canos enterrados, convidou o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) a visitar a zona onde mora, Azenha, Levira, Samel e, logo ao lado, aos Covões, Marvão, Mamarrosa, e a perguntar aos residentes, alguns também com saneamento enterrado, onde é que esse saneamento estava ligado. Com certeza que o Senhor Deputado iria obter, como resposta, a percentagem que tinha adiantado, porque eles não a assumem, remetem a responsabilidade para SIMRIA que é quem o vai ter de fazer. Portanto, esclareceu que a Câmara de Anadia tinha muito saneamento realizado e adiantou que todos os dias, eram feitas obras de saneamento (andavam três brigadas) por administração directa, para além de pequenas empreitadas. Mas reforçou que se mais não tinha sido feito, o Governo PS também tinha contribuído para isso por ainda não ter aberto candidaturas para a Câmara se poder candidatar a fundos comunitários na área do saneamento, até porque já tem os projectos em fase de elaboração para os encaminhar. Quanto à sugestão do Senhor Deputado de que teria de



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concordar que o PS faria melhor do que o Executivo de maioria PSD, o Senhor Presidente da Câmara reconheceu ser efectivamente possível fazer muito melhor do que a maioria PSD, mas, para tal, disse que o PS teria de provar. Recuperando o tema saneamento, também em resposta à crítica lançada pelo Senhor Deputado de que o Presidente da Câmara de Anadia não tinha respondido a um inquérito de jornal, esclareceu que o Presidente da Câmara falava quando entendia ser benéfico para o Município fazê-lo. Nessa altura entendeu não ser e, tratando-se de uma responsabilidade sua, não seria só pelo facto da comunicação social estar a fazer um inquérito que teria de responder. Candidatar-se-ia a responder se reconhecesse haver algum interesse para o Município. A propósito, perguntou ao Senhor Deputado qual tinha sido a sua fonte sobre os números que tinha adiantado relativamente a transferências do Estado, porque os que recebia eram os que passava a anunciar: para a obra do Velódromo de Sangalhos, a comparticipação do Estado era de 5%, a comparticipação dos fundos comunitários era de 70%, cabendo à Câmara Municipal, do seu orçamento, 25%, acrescidos de trabalhos a mais, trabalhos imprevistos, IVA, pelo que, falar e convencer as pessoas que a Câmara de Anadia recebia do Governo, disse ser irreal e não ser correcto. Por outro lado, a obra do Centro Escolar de Arcos, esclareceu, primeiro, que a mesma tinha sido posta a concurso e que iria ser brevemente, logo que fosse assinada a consignação, colocada a primeira pedra, com a distinta presença de um membro do Governo, se fizer o obséquio de vir atestar a qualidade da obra. Depois, esclareceu que a comparticipação do Governo era de 49,5% do total que será gasto pela Câmara, sem contar com os terrenos adquiridos pela Câmara Municipal e mais umas verbas em termos de acessibilidades. Quando o Governo diz que paga 70% dos Centros Escolares não é assim, e que estava disponível para provar isso em qualquer altura. Quanto ao facto de se tratar do último orçamento, disse que precisamente por o ser é que não tinha vontade de mudar, porque se vinha sentindo tão bem com esses orçamentos, que fazia questão continuar. -----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS), começou por dizer que estavam de acordo quanto ao facto das estradas deverem estar convenientemente marcadas. Mas, quando o Senhor Deputado dizia que só para o Velódromo eram doze milhões e meio de euros, referiu que se não incluísse o Velódromo estaria como as outras Câmaras a fazer um orçamento empolado e irreal. Aproveitando a oportunidade, informou que a realidade era que já tinha, para dar entrada na contabilidade do Município, um milhão, novecentos e trinta ou sessenta e tal mil euros, dessa mesma obra. Sobre a receita de capital e a despesa de capital, disse ser verdade, mas como compreenderia, os dinheiros num orçamento "*dançam assim*", até porque não tem contabilidade analítica, apesar de ter o POCAL. -----

----- Voltando a dirigir-se ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), e aproveitando o facto de ter referido o POCAL, reconheceu que lhe tinha feito uma confusão tremenda a denominação de Actividades Mais Relevantes, porque, à semelhança da observação feita pelo Senhor Deputado, também ele não via nada de relevante mas esclareceu que o POCAL assim determinada. Adiantou, mesmo, ter sido uma questão levantada na reunião do Executivo, porque também



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reconheceram tratar-se de uma nomenclatura infeliz para obras, mas não era da sua responsabilidade. -----

----- Retomando os esclarecimentos ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS), confirmou existir esse problema de iluminação entre Torres e a Poutena que o Senhor Deputado tinha adiantado. Esclareceu, então, tratar-se de uma forma de cumprir o PDM, que "nucleariza" as populações, deixando tudo à sua volta deserto. Sobre o valor para a rede viária, explicou ser para a rede viária total do concelho. Quanto à transferência para as freguesias, disse que não podia gorar as expectativas e deixar de atender às suas carências, as quais lhe tinham sido apresentadas em reunião havida entre as partes, ainda que, provavelmente, não os satisfizesse por completo. Quanto ao facto do canil não estar programado, explicou que o mesmo estava projectado para a Zona Industrial de Alféolas e como havia um contencioso com a QUERCUS sobre aquele local, não lhe poderia dar continuidade, sob pena de ser questionado da mesma forma que tinha sido pelo Senhor Deputado. Acrescentou estar, portanto, numa situação de impasse, mas como se tratava de uma obra de quarenta mil contos, também não seria muito difícil para a Câmara arranjar um reforço no orçamento, o qual passaria por uma revisão orçamental, no caso de o vir a fazer. Respondendo à questão das Grandes Opções do Plano, constatou que Anadia era tão pequenina que não poderia projectar o futuro, tendo afirmado que era "contra as obras do futuro dos outros". Mas acrescentou, que com os tempos de crise que corriam, a projectar o futuro seria, provavelmente, na área da acção social, disponibilizando meios financeiros para fazer face à crise que, quase sempre, ataca de uma forma mais violenta os mais débeis, os mais pobres. -----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que entretanto tinha retomado a presidência da sessão, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS). O Senhor Deputado disse que pretendia clarificar um aspecto, na sequência da resposta concretizada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Esclareceu que não tinha dito que a obra do Velódromo levava doze milhões e quinhentos mil euros, mas sim que levava seis milhões e quinhentos mil euros, mais especificamente, que para dois mil e nove, o que constava do orçamento era seis milhões e quinhentos mil euros. Colocou entretanto outra questão relativamente ao canil. Esclareceu que quando falou no canil, o tinha feito por achar importante ter o canil. Se o Senhor Presidente da Câmara dizia que não o pode fazer, aceitava, mas não deixava de o considerar importante pelos inúmeros cães vadios que existem pelo concelho. Relativamente às Actividades Mais Relevantes, disse também concordar não se tratar da terminologia mais feliz, pelo que sugeriu que a mesma fosse alterada, porque de actividades mais relevantes não têm nada. Sobre o quadro de endividamento, disse não concordar com o mesmo. Constatou que a dívida em um de Janeiro era de nove milhões cento e cinquenta e sete euros. Quando a dívida em trinta e um de Dezembro do ano anterior era de nove milhões, cento e doze euros. Ora, como um saldo transita de um ano para o outro, não pode ser diferente, constatou, portanto, existir uma diferença de cerca de quarenta e quatro mil euros. E em sua opinião, disse estarem, ali assim, como presumia, juros incluídos, pelo que considerava que



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deveriam fazer uma discriminação - tanto de capital e tanto de juros - porque aquele quadro era para todos saberem, ao olhar para ele, o que nele constava. Acrescentou, ainda, que se olharem para o quadro como estava não saberiam qual era a dívida da Câmara Municipal no dia um de Janeiro, porque a dívida da Câmara não era a que lá constava, era de nove milhões cento e doze. A concluir, constatou a existência de juros que ainda não estavam vencidos, de acordo com o documento, ainda que não estivesse de acordo, mas, de qualquer maneira, a constar, deveria existir uma discriminação a dizer tanto de capital e tanto de juros, colocando em baixo uma alínea com essa discriminação. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que começou por dizer que, quanto ao orçamento em discussão, acreditava na palavra do Senhor Presidente da Câmara Municipal quando dizia que o mesmo era feito de acordo com a realidade económica vivida pela Autarquia. No entanto, acrescentou que quando o Senhor Presidente dizia que o Velódromo estava a ser erguido conforme estava, no ponto que estava, o Senhor Presidente estava a utilizar o empréstimo financeiro da Caixa Geral de Depósitos. Assim, perguntou se esse e outros empréstimos estavam a equilibrar as contas, ou a tesouraria da Câmara Municipal. Entretanto, constatou, da análise que tinha efectuado ao documento, que a despesa corrente, em relação aos três anos anteriores, tinha previsto, em dois mil e nove, ou melhor em dois mil e dez, um aumento de 4,5%. Aquando da aprovação das contas, era prevista uma despesa corrente efectiva de 4,5%, o que queria dizer que, em dois mil e dez, a despesa da Câmara Municipal apontava para um défice de 4,5%. No investimento, verificou haver, também, comparativamente aos anteriores, uma redução em 2,6%. Tirando o investimento no Pólo Escolar de Arcos, e tirando o investimento do Velódromo, não se vislumbravam grandes investimentos ao nível do concelho, o que traduzia inexistência de investimento e um aumento da despesa. -----

----- Afirmou ter verificado no orçamento, também, algo que o preocupava bastante e que disse que tinha de criticar o GM do PS, porquanto o PS tinha atacado o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Autarquia, pela falta de investimento, mas não sabia, por outro lado, esclarecer perante o Senhor Presidente, não sabia exigir perante o Poder Central transferências, mais dinheiro para as Autarquias, defendendo as Autarquias. Mas, entretanto, o que o preocupava sobremaneira era que via o tecido empresarial a ficar cada vez mais pobre no concelho, cada vez mais gente a caminhar para o desemprego, e o concelho a caminhar para uma precariedade muito grande. E havia algo que o preocupava nesse plano, era que o investimento da Câmara Municipal na área social era muito pobre. Em sua opinião, deveria ter sido inscrito mais dinheiro para fazer suporte à infelicidade na precariedade do trabalho, na precariedade na assistência social. E, invocando as palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal, que tinha dito que o número de pessoas que acorriam à Câmara Municipal a pedir auxílio era imenso, considerou que, nessa matéria, o Senhor Presidente da Câmara Municipal devia ter um olhar mais importante. Antes de concluir, disse também que 46% no investimento era relativamente pouco, porque a arrecadação da receita ascendia a 40%. Por isso, reforçou a sua preocupação





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para com a “*economia futura financeira*” da Câmara, porque, quanto às obras, achava não ser possível exigir-se mais. Portanto, considerou que o Senhor Presidente, e os quadros técnicos da Câmara, contabilísticos, tinham tido um papel importante, sério, realista, e não lhes podia ser exigido mais daquele orçamento, em termos de futuro, porque o futuro, em sua opinião, era carregado de nuvens negras e até poderiam ter um terramoto no próximo ano de dois mil e nove. Como já vinha alertando, apesar de não ser bruxo, referiu que a realidade era que a situação financeira no País era altamente grave e lamentou o facto de só os mais ricos do País serem socorridos, pelo que, aí, dava coragem ao Senhor Presidente da Câmara e, como tal, não ia votar a favor, mas ia-se abster na votação. -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para exercer o direito de resposta. O Senhor Deputado, em resposta às palavras proferidas pelo Senhor Deputado João Morais (CDU), relativamente ao facto do GM do PS ter denunciado o escasso investimento da Câmara Municipal, confirmou ser verdade. No entanto, quanto ao facto do GM do PS não reclamar mais transferências do Estado, lembrou que o GM do PS tinha dito precisamente que se não havia mais investimento por parte da Câmara Municipal não era por falta de transferências porque elas até têm aumentado, tanto no ano passado como este ano. Portanto, esclareceu que o Senhor Deputado João Morais (CDU) não tinha ouvido bem, porque o GM do PS tinha precisamente chamado a atenção para o aumento de transferências do Estado. Entretanto, aproveitou para fazer uma rectificação relativamente a uns números que tinha referido anteriormente, e que o próprio Senhor Presidente da Câmara tinha estranhado, tendo confirmado que, na verdade, não estavam correctos - quando falou nas transferências do Estado - reafirmando, no entanto, que o essencial da sua mensagem se mantinha. Lembrou, então, ter dito que as transferências do Estado, no conjunto, tinham passado de dezassete para dezanove milhões de contos. Reconhecendo ter errado, referiu não ser bem assim, porquanto tinham passado, de facto, de cerca de onze milhões de euros, para perto de treze milhões de euros, ou seja, que tinha havido um aumento de quase dois milhões de euros. De qualquer maneira, referiu que o essencial era que tinha havido um aumento de transferências do Estado a favor da Câmara Municipal, e acrescentou que a Câmara o deveria aproveitar, não tendo, aí, desculpa para não fazer mais investimento e preparar melhor o futuro do concelho. -----

----- Para responder às anteriores intervenções dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Começando por responder ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS), reconheceu ter feito também confusão quando se referiu a doze milhões e meio, eram sim, seis milhões e meio. No entanto, disse que pretendia fazer uma rectificação. Era que para ele continuavam a ser os doze milhões e meio porque esse dinheiro tinha saído do orçamento anterior e trazia-lhe um problema, tinha de ser recuperado, pelo que, na sua forma de ver o problema, considerava que ambos tinham razão. Mas reconheceu que para aquele ano eram seis milhões e meio. Disse, ainda, ao Senhor Deputado que o problema dos juros tinha sido discutido na reunião do



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Executivo Municipal e que todos também não entendiam que devesse ser assim. Mas que pedidos esclarecimentos a quem de direito, tinham sido informados de que era assim por serem previsíveis, em termos de estimativas, ainda que, e reconheceu, continuasse a não entender. –

----- Para melhor esclarecimento da questão, foi entretanto concedida a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS) que referiu tratar-se de opiniões diferentes e, como respeitava as opiniões, se lá tinham posto, tudo bem. Não obstante, voltou a reforçar a ideia de que, em sua opinião, deveria ser feita uma discriminação, através de uma alínea, a dizer quais os valores da dívida de capital e de juros, porquanto, para olharem para o quadro devem saber qual é a dívida da Câmara Municipal em termos de capital. Isso porque, explicou, as contas, todos os cálculos depois estão feitos em termos de capital, todas as diferenças, etc., estão feitas em termos de capital e, portanto, depois no fim do ano, o valor também não bateria correcto dessa maneira. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, novamente no uso da palavra, referiu que como esse valor não ia influenciar nos números do próprio orçamento, a Câmara na altura debateu-se com esse problema, e foi unânime que não se fizesse qualquer tipo de alteração, esclarecendo que não havia qualquer intenção de esconder seja o que for. -----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado João Morais (CDU), começou por confirmar que vinha dizendo que parte do empréstimo que se tinha há longos anos não tinha sido utilizado, tendo sido uma das formas de "jogar" para se ter em tempo o Velódromo. Prosseguiu referindo que quando o Senhor Deputado fala de 4,5% de aumento com pessoal, é importante esclarecer que 2,9% é o aumento que recebe logo o pessoal e os restantes 1,6% deve-se à nova forma de promoções na carreira dos funcionários, porque mudou o esquema dos quadros de pessoal e tem de estar contemplada a garantia que há dinheiro para qualquer tipo de valorização do pessoal. Nova forma das carreiras do pessoal que entra em vigor no dia dois de Janeiro. Portanto, justificou que esta diferença, não se deve a qualquer aumento em pessoal. Sobre a precariedade empresarial, lembrou que o concelho tem um tecido empresarial grande mas não ordenado, referindo que o ordenamento das indústrias demora muitos anos, e ainda pelos grandes problemas que se teve na indefinição das Zonas Industriais, o ordenamento não existe, mas não deixam de aparecer investidores. Referiu ainda que também existem muitas Zonas Industriais privadas que aparecem a preços convidativos onde se tem vindo a fazer muito investimento. Mas é precisamente nas zonas de mais empregabilidade onde a precariedade, infelizmente, vai acontecer mais, porque há realmente algumas complicações, questionando se o Governo deveria apoiar mais os bancos ou as empresas e referindo que poderiam haver problemas difíceis de ultrapassar, podendo gerar-se uma catástrofe em termos sociais. Refutou a acusação de falta de investimento no tecido empresarial. Justificou que isso não foi colocado no orçamento, porque quando o documento estava a ser elaborado, decorria paralelamente a contratualização, no âmbito da CIRA (Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro), e mal haja dinheiro será canalizado para as Zonas Industriais e para a recuperação de algumas vias que estão em mau estado. E é muito dinheiro, que não consta do orçamento, cerca de sessenta



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e poucos milhões de euros divididos por onze Câmaras Municipais, estando em função do tamanho de cada Câmara, "territorial e pessoal", devendo Anadia ser a terceira. Portanto, esclareceu que não poderia ter feito referência a esses dados porque não pode contar com eles no orçamento, mas eles existem. Portanto, há boas perspectivas de ser um ano bom para o Município de Anadia em termos de investimento. Penso que deixará muita gente mais tranquila: acabará por haver passeios na Zona Industrial, iluminação até à rotunda, tudo isso. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP). O Senhor Deputado começou por dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela verba inscrita para a educação, embora relativamente pequena, cerca de treze milhões, porque considera ser muito importante. Contudo, considerou as despesas do pessoal exageradas, na ordem dos catorze milhões. Adiantando não saber como funciona a Câmara Municipal, constatou que em horas extraordinárias, de todo o pessoal da Câmara e dos Serviços Municipalizados, eram gastos setenta e dois mil e quinhentos euros, o que disse pensar ser muita hora. Para além do que destacou a existência de subsídios de turno, acrescentando, no entanto, não saber se as pessoas que fazem turnos também ganham horas extraordinárias. Entretanto, perguntou quantas empresas públicas municipais e intermunicipais existem dentro da Câmara, ou agregadas à Câmara. -----

----- Depois, lembrou o Senhor Presidente da Câmara Municipal que a Assembleia Municipal, há cerca de dois anos, tinha aprovado o aluguer das instalações do Centro de Dia de Tamengos e que para que essas instalações fossem arrendadas, todas tiveram de ser reparadas, apesar de serem novas. Constatou, então, que dois anos se encontravam volvidos sem que as instalações tivessem sido ocupadas e ninguém sabia quem estava a tomar conta das mesmas e provavelmente, daí por uns meses, a Câmara Municipal teria de gastar novamente na reparação dessas instalações. Nas receitas, constatou que estavam inscritos cerca de quinze mil euros para o Museu do Vinho. Mas disse que o que o espantava mais era a Feira da Vinha e do Vinho com cento e cinquenta mil euros de receita, acabando por perguntar como seria possível ter essa receita quando não são cobradas entradas. E então perguntou, se seria pelos stands, pelo dinheiro que as Juntas de Freguesia pagam à Câmara Municipal, ou a transferência que a Câmara faz para as Juntas de Freguesia para depois as Juntas de Freguesia fazer um retorno à Câmara, visto que tinha sido isso que no ano anterior tinha acontecido. -----

----- Continuando, destacou a existência de uma receita de mil euros do Cineteatro de Anadia, que lembrou ainda não ter sido inaugurado. Assim, e não tendo ainda sido inaugurado, considerou que deveria estar ao serviço do povo, porque tinha sido para isso que tinha sido feito, tendo questionado qual a razão por que se está a utilizar o Cineteatro quando temos aí salões que podem fazer o mesmo. Sobre a aquisição de PC (*Personal Computers*) para a Autarquia, começou por dizer não estar contra essa aquisição. Disse, também, saber que a verba rondava os duzentos e setenta mil euros e perguntou se a Câmara não estaria já equipada com esses PC. Entretanto, disse que pretendia deixar um pedido. Aproveitando o estatuto de direito da oposição, segundo a Lei nº 24/98, recordou que a oposição tinha direito a



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um gabinete, com um computador com Internet, o que não acontecia. Referiu, mesmo, que a oposição não tinha e que quando os trabalhos eram interrompidos em sessões da Assembleia Municipal para os Deputados reunirem, os Deputados do PSD reuniam na sala de atrás, a oposição reunia no hall. Portanto, havendo gabinetes livres no edifício, disse que poderiam aproveitar alguns PC e colocá-los nesses gabinetes porque as secretárias já lá estavam. A concluir, declarou que o GM do CDS-PP não votava favoravelmente, se iria abster na votação do orçamento. -----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal confirmou que o PSD por vezes se reunia na sala de reuniões, onde poderia também reunir-se qualquer Grupo Municipal, desde que o solicite. Referiu, aliás, que o próprio GM do PS já algumas vezes tinha reunido nessa sala, porque o tinha solicitado, e porque é obrigação da Mesa e do Presidente da Assembleia Municipal facultar essas condições. Relativamente à outra questão, mais abrangente, disse que caberia ao Senhor Presidente da Câmara Municipal responder-lhe. -----

----- No seguimento da precisão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) recordou que numa das mais recentes sessões da Assembleia, quando os trabalhos tinham sido suspensos para os Senhores Deputados poderem reunir, os Senhores Deputados do GM do PSD reuniram naquele gabinete, os do PS naquela sala e os outros nos outros lugares. -----

----- Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu, em tom de graça, que o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) para se reunir com ele próprio não necessitaria de muitas salas. -----

----- De imediato, o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) afirmou não ser só o PSD que tinha *staff*. Informou que o CDS-PP também tinha, e a ter *staff*, deveria ter um gabinete para poder fazer a sua reunião. -----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse não ser isso que estava em causa, mas que o estava a dizer era que quando os Senhores Deputados Municipais pedem para se reunir, podem fazê-lo nas condições que a Assembleia Municipal oferece, sendo que em tom de graça, referiu que o Senhor Deputado, como único membro do GM do CDS-PP, não necessitaria de se reunir consigo próprio. Relativamente ao restante, sobre o gabinete que solicitou, voltou a referir que caberia ao Senhor Presidente da Câmara Municipal responder. ----

----- Logo de seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder. Dirigindo-se ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) informou que o Município de Anadia não tinha verdadeiras empresas municipais. O caso da WRC, que poderia suscitar alguma confusão, referiu tratar-se de uma empresa com uma funcionalidade própria, da qual o Município de Anadia era o seu sócio maioritário. Entretanto, esclareceu que a Câmara Municipal não tinha encargos específicos com empresas municipais, mas tinha participação em muitas empresas que não eram municipais e que tinham outros estatutos, como a CIRA, a WRC, a Beira Atlântico Parque. Quanto ao Centro de Dia de Tamengos, esclareceu que a



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal tinha feito uma hasta pública, a qual tinha sido ganha pelo Centro Social de Tamengos. Entretanto, esclareceu que na sequência de uma reunião havida entre os responsáveis da Segurança Social e de outras entidades, tinha ficado definido que para o Centro Social de Tamengos se poder instalar, tornava-se necessário a realização de pequenas obras, as quais disse terem sido feitas de imediato. Dizendo desconhecer as razões, informou que o Centro Social nunca conseguiu assinar o protocolo com a Segurança Social e que, depois de novos pedidos, formulados quer pelo Centro Social, quer pela Câmara Municipal, porque não poderia ter aquela obra parada, tinha vindo então a Segurança Social vistoriar novamente as instalações, determinando que mais alterações deveriam ser feitas. Recentemente voltaram a visitar as instalações e renovaram a necessidade de proceder a mais alterações. Tratando-se de uma situação preocupante para a Câmara Municipal, disse que, provavelmente, teria de voltar a pressionar a Segurança Social, e talvez o Centro Social, porque, ainda que não fosse intenção da Câmara Municipal prejudicar o Centro, também não pretendia ficar eternamente com uma obra por ocupar, quando tantas outras Instituições privadas o gostariam de fazer. Queria ver se, realmente, a Segurança Social e o Centro Social de Tamengos chegavam a um acordo e definiam o seu início, responsabilizando-se a Câmara Municipal por fazer as obras que voltassem a tornar-se necessárias. -----

----- Prossequindo, afirmou que ele não tinha estado a analisar o orçamento, mas antes a ver como se arranjava e como se gastava o dinheiro – tinha ido mais longe. Quanto aos mil euros inscritos em rubrica aberta para o Cineteatro, esclareceu tratar-se de uma verba meramente indicativa, para dar a possibilidade à Câmara Municipal de continuar a garantir as condições necessárias à realização das actividades que possam vir a acontecer, tendo em conta estar prevista a sua inauguração em dois mil e nove. Relativamente aos trinta mil euros inscritos para a Feira da Vinha e do Vinho, e sobre a forma como a Câmara iria financiar a realização daquele certame, esclareceu que não tinha dito ao Senhor Deputado se a edição de dois mil e nove da Feira da Vinha e do Vinho iria ser ou não gratuita para o público. Ainda que na anterior edição não tivessem sido cobradas entradas, adiantou que a Câmara iria arranjar parceiros para co-financiar a Feira. Sobre o Museu do Vinho, referiu que a Câmara Municipal também aí tem despesas permanentes, nomeadamente com manutenção. Relativamente à verba para aquisição de PC, explicou que a Câmara Municipal, no âmbito da modernização administrativa, tinha necessidade de adquirir equipamento e aplicações informáticas. Resumindo, disse não se tratar de uma verba excessiva, considerando, também, a resposta que tem de ser dada perante a necessidade de substituição de equipamentos que se encontram obsoletos para o tipo de serviço exigido na Autarquia, mas que não deixam de poder desempenhar funções menos exigentes, nomeadamente nas escolas do concelho. -----

----- Por fim, esclareceu que o orçamento do Município, a ser discutido da forma como o Senhor Deputado o tinha discutido, obrigaria, provavelmente, a que fossem questionadas todas as rubricas. No entanto, adiantou não ser essa a intenção. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP). O Senhor Deputado agradeceu o esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente da Câmara, adiantando, no entanto, o facto de ter passado um pormenor relativamente ao desenvolvimento económico: a verba “Segurança Social do Regime Geral” não vem anotada e disse pensar estar em falta. Disse, também, que gostaria de colocar uma outra questão. Constatou, então, estar inscrita para Turismo, para a Feira de Lisboa, uma verba de quinze mil euros. Contudo, referiu que depois de ter sido criada a Região de Turismo do Centro de Portugal, o artigo 6.º, no segundo parágrafo diz que o Turismo do Centro de Portugal deve apoiar todos os Postos de Turismo Municipais da sua área territorial. Assim, perguntou: se o Turismo é obrigado a apoiar, porque razão a Câmara Municipal vai gastar dinheiro na Feira em Lisboa. -----

----- Para responder ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. O Senhor Presidente começou por confirmar que a verba de quinze mil euros para Turismo englobava a Feira em Lisboa. Esclareceu, entretanto, que pelo facto de terem sido extintas as Juntas de Turismo, continuam a existir actividades turísticas, pelo que a Câmara tem de inscrever verbas na rubrica Turismo, cerca de sessenta e oito mil euros. Acrescentou, ainda, que a Câmara continua a promover o desenvolvimento turístico, o que tem de acontecer em colaboração, porque eles não dão tudo a fundo perdido, se a Câmara quiser participar na Feira, terá de ter o seu stand e eles terão a sua comparticipação. -----

----- O Senhor Presidente, a terminar, voltou a esclarecer o Senhor Deputado que se tratava de verbas meramente indicativas, que não poderiam ser discutidas da maneira que o Senhor Deputado estava a fazer, que consubstanciavam uma forma prática de não estar a incomodar a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal com tantas alterações. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD), que começou por referir que tanto o PS nacional, como o PS local, não podiam ter dois pesos e duas medidas. Por um lado, constatou que o PS nacional dizia: *“isto está difícil, temos todos de apertar os cintos, não podemos descer os impostos, não podemos fazer nada”*. Por outro lado, o PS local dizia: *“Ó Senhor Presidente da Câmara, mas porque é que não faz mais investimentos de capital? Em termos numéricos, até há mais transferências do nosso Governo para as Autarquias, mas porque é que não fazem isto?”* Concluindo que só falavam em receitas, disse que mais lhe parecia que os Senhores Deputados do GM do PS não sabiam fazer contas. Entretanto, lembrou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal já há muito tempo que tinha dito que o PS nacional só estava a fazer transferências, a dar bolos envenenados à Câmara Municipal de Anadia, porque as responsabilidades tinham aumentado do último orçamento para o actual em termos municipais, e com isso os Senhores Deputados do GM do PS não contavam. Perguntou se não contavam, também, com as setenta pessoas que o Senhor Presidente da Câmara tinha referido, cujos encargos eram suportados pela Câmara Municipal, e se não contavam os aumentos sociais. Portanto, disse que o



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importante para o GM do PS era que fosse feito apenas investimento para isso, tendo imediatamente questionado o que fazer para o manter. -----

----- Depois, recordou, por outro lado, que o GM do CDS vinha dizer: *“olhe que qualquer dia a Câmara tem de fazer mais investimento para suportar os investimentos que fizeram e que não recrutaram pessoal para os usar”*. Com tal, queria dizer que o GM do PSD também gostaria que fosse feito muito mais investimento de capital, mas alertou que para isso acontecer se tornava necessário, primeiro, que o Governo fizesse as transferências que se refere e diminuísse as responsabilidades em termos de contas correntes para as Autarquias, o que concluiu não se verificar. Perante essa situação, constatou ser evidente que a Câmara Municipal teria de fazer opções, e opções correctas, para não cair naquilo que os Senhores Vereadores do PS diziam, que era, a curto prazo, tornar-se ingovernável. Acrescentou, mesmo, considerar que sempre tinha sido objectivo da Câmara não se torne ingovernável, e que, para isso, o PS teria de perceber que se aumenta as despesas, era evidente que de algum lado teria de sair o dinheiro e não podia aumentar no capital, ainda que fosse a vontade de toda a gente. -----

----- No seguimento, referiu que também era uma vontade generalizada o aumento das Zonas Industriais, mas para tal acontecer tornava-se necessária a colaboração do GM do PS quanto à questão do PDM. No entanto, afirmou que não podiam algumas pessoas, que se identificam do PS, dizer que por um lado querem Zonas Industriais, mas por outro dizer que é melhor não as fazer, como tinha acontecido com as acções da QUERCUS. A respeito disso, destacou o facto de ter sido publicada no jornal a absolvição da Câmara Municipal nessa matéria, sem que, no entanto, alguém do PS tivesse vindo dizer que afinal não era tão mau. E acrescentou que tal não tinha acontecido porque havia pessoas que inclusivamente tinham sido ouvidas e que o que queriam era que nem sequer fossem repostas as terras. Então, perguntou: *“afinal, o que é que se quer?”* E adiantou que se tornava necessário manter alguma coerência, o que não verificava no discurso do GM do PS que ainda não tinha elaborado qualquer orçamento, ainda que tivesse a expectativa de o poder vir a fazer, assim como as opções do Plano, mas a seu tempo depois cá estariam para discutir isso, adiantando que neste momento é esta Câmara que faz o orçamento e escolheu as opções que considera correctas face às restrições orçamentais que existem a nível nacional e que necessariamente têm repercussão a nível local. Esta é a realidade. -----

----- Disse ter verificado, também, a preocupação do PS relativamente ao canil. Declarando-se também interessado no canil, recordou que o Senhor Presidente da Câmara já tinha explicado porque não constava do documento. Mas, entretanto, disse ter percebido a razão porque tinha sido o Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS) a despoletar o problema. A terminar, declarou que o GM do PSD iria votar favoravelmente o orçamento, por ser opção da Câmara e por considerar ser uma opção contida e que vem na sequência, como até então tinha sido dito. -----

----- Depois da intervenção do Senhor Deputado António Silva (PSD), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques (PS), que começou por dizer que o GM do PS compreendia que o documento transportava a orientação



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

política do Senhor Presidente da Câmara e da sua equipa. Mas constatou que, de facto, o histórico, o real que vinha sendo apresentado, comparado com o orçamento, tinha sido um histórico fraco, um histórico pobre, porque o Senhor Presidente tinha tido, ano após ano, execuções orçamentais inferiores a 50% e, como não estava a fazer o orçamento pela primeira vez, parecia-lhes, portanto, fraco e pobre. Como pobre disse parecer-lhes, do ponto de vista do plano técnico da construção do orçamento, tendo afirmado que *"isto é uma crítica não a si mas à sua equipa"*, pois o critério principal de previsão da receita, termos utilizados no documento, seja a média aritmética dos últimos vinte e quatro meses. Então, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se achava que a actividade económica em dois mil e nove seria igual à média dos últimos vinte e quatro meses, pergunta para a qual deu logo uma resposta negativa. E perguntou, ainda, se achava que a verba inscrita de um milhão e meio de euros na receita de IMT, era a média dos últimos vinte e quatro meses, se achava que iria ser igual em dois mil e nove, ao que prontamente também respondeu que não iria. -----

----- Mas adiantou que o que mais confusão fazia ao GM do PS, a par da palavra crise que o Senhor Presidente já tinha empregue mais de vinte vezes, era que na rubrica receitas rendimentos propriedade juros, era apresentada uma *"verbazinha"*, que parecia encontrar-se ali meia escondida, de sessenta mil euros. Isso significava que o Senhor Presidente da Câmara esperava aplicar em dois mil e nove mais de um milhão de euros, quando, em simultâneo, tinha nove milhões de euros de dívida à Caixa Geral de Depósitos, correspondentes a seis empréstimos, sendo que o empréstimo de noventa e sete tinha sido contratado a uma taxa de 5,5%, a taxa actual. Portanto, do ponto de vista da gestão financeira da Câmara Municipal, constatou haver qualquer coisa que não batia certo. -----

----- Acrescentou, ainda, que o Senhor Presidente da Câmara com esse milhão de euros podia fazer imensas coisas. Lembrou já terem falado em obras de seis milhões, doze milhões, mas que com esse valor o Senhor Presidente podia fazer muitas coisas pequenas. Portanto, do ponto de vista político, disse não compreenderem porque utilizava a palavra crise tantas vezes e, depois, tinha aquela verba inscrita. Por fim, deixou uma frase, que disse que seria para o Senhor Presidente da Câmara e para a sua equipa reflectirem sobre o milhão de euros e sobre as coisas pequenas: *"não há números demasiado pequenos, nem projectos, nem ambições demasiado grandes"*. Por isso, rematou, declarando que o orçamento apresentado era pobre, na opinião do GM do PS, e era pobre na ambição, era pobre na visão e, portanto, era por esse motivo que iriam votar contra. -----

----- Na sequência das duas anteriores interpelações, foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por responder ao Senhor Deputado André Henriques (PS). Iniciou constatando não haver dúvida nas médias da actividade económica, que a aritmética do Senhor Deputado tinha resultado naqueles números. Entretanto, disse para o Senhor Deputado deveria ter a noção absoluta de como se geria o dinheiro na Câmara Municipal. Explicou que os números eram geridos de uma certa maneira e o dinheiro de outra, porque os números, qualquer um os inventava, como se tinha verificado na banca. Entretanto,





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esclareceu que o Presidente da Câmara, quando o dinheiro sobrava, não tinha tido o cuidado dos números, tinha tido o cuidado de fazer dinheiro com as sobras do dinheiro de que dispunha. Portanto, esclareceu, ainda, ao Senhor Deputado que a Câmara Municipal de Anadia não brincava com números, trabalhava com factores reais, produzia as obras, gastava o dinheiro em caixa, o dinheiro em notas, e não lidava com números de utopia, porque bastava muito bem os cinco milhões de euros que tinham sido pedidos em dois mil e dois. Disse que apesar de ter uma dívida, era uma dívida controlada que dava capacidade de endividamento à Câmara, mas se quisesse pedir mais dinheiro também o teria, mas que não necessitaria de o fazer para a sustentabilidade dos nossos orçamentos, pois tem *“direitos adequados às obras que participadas no QREN nem entram nos valores de endividamento”*. Portanto, concluiu afirmando que o Senhor Deputado, politicamente, podia dizer o que quisesse. No entanto, em termos económicos e em termos meramente financeiros, que não pensasse que a Câmara Municipal lidava com o dinheiro para o estragar. -----

----- Concluído o período de intervenções do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, decorrida a qual anunciou que o mesmo foi aprovado, por maioria, com vinte e sete votos a favor, cinco votos contra e três abstenções. De imediato deu o ponto dois da ordem do dia por encerrado e passou a apresentar o ponto três, *“Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Anadia, para o ano de 2009, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA”*, após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à introdução do ponto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir tratar-se de um orçamento de fácil interpretação, pelo que a sua aprovação não gerou dúvidas no Executivo Municipal. Continuando, referiu que o facto de não ter sido aprovado por unanimidade, o que disse ter já acontecido, não é suficiente para o desvalorizar, até porque as pessoas, conscientemente, votam por aquilo que lhes parece e, portanto, o respeito era o mesmo sendo voto a favor ou outro tipo de voto. Mas referiu tratar-se, também, de um orçamento minúsculo, comparativamente com o da Câmara Municipal. Portanto, isso, naturalmente, fazia com que fosse de fácil interpretação, até porque os assuntos discutidos eram idênticos aos que estavam subjacentes ao plano da Câmara Municipal. Nessa conformidade, disse que a explicação se inseria um pouco na base daquilo que tinha sido dito para a Câmara Municipal, pelo que ficava à disposição dos Senhores Deputados para responder a qualquer questão. -----

----- Para uma primeira intervenção no ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), que referiu que o orçamento em questão não era muito complicado, mas tinha-lhe suscitado algumas questões que gostaria de ver esclarecidas ou comentadas. No que respeita à rubrica despesa com pessoal, constatou duas coisas. Uma primeira questão que se refere às horas extraordinárias que este ano baixaram significativamente, cerca de 30% relativamente ao anterior plano que nos foi proposto, lembrando que esta questão já tinha sido levantada pelo



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

GM do PS noutros momentos. A outra questão refere-se ao subsídio de turno que não estava previsto no anterior orçamento, mas que se justifica e é perfeitamente lógico, e se não existia era um erro de gestão. -----

----- Relativamente aos investimentos, disse que são referidas algumas acções concretas para as quais estão destinados setecentos e cinquenta mil e quinhentos euros, tendo questionado que acções concretas são essas. Por outro lado, também é referido que se encontram investimentos previstos na área do abastecimento de água e drenagens, no sentido de aumentar significativamente a taxa de cobertura do Município. Se se fala em significativamente é porque quer dizer que a taxa de cobertura tem muito para aumentar. Por outro lado, refere-se que o abastecimento de água às populações já atingiu o que está previsto no plano estratégico de abastecimento de água, isto é, 95% da população. Mas há no concelho populações que não têm abastecimento de água. Não serão muitas, mas basta uma para que neste capítulo a função da Câmara e dos Serviços não esteja, obviamente, concluída. Disse que quando pensava na situação das pessoas que não têm água ao domicílio, no século XXI, saltava-lhe logo à cabeça aquelas imagens da televisão num país da África, de pessoas com um balde a ir ao poço buscar a água. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse pensar que isto não se justifica no concelho. É referido que a falha de abastecimento, cerca de 5%, serão de casos pontuais, de prolongamentos de rede para abastecimento de áreas de expansão urbana, mas na sua opinião não será assim, sendo necessário que a Câmara e os Serviços encarem esta situação com mais realismo e com mais verdade. -----

----- Continuando, também abordou a questão das perdas de água na rede, referindo que em anteriores orçamentos esses dados eram fornecidos, mas no presente orçamento já não tinha, mas que a seu ver essa perda não teria diminuído. Recordou que quando a questão foi trazida à Assembleia Municipal, porventura há uns dois anos, foi respondido que estavam a tratar de arranjar equipamento para reduzir estas perdas ou para as identificar, devendo haver a preocupação com esta situação pois daqui a alguns anos a água pode faltar. Para terminar, referiu que parecia haver uma duplicação de serviços no que respeita à questão do abastecimento de água e das águas residuais. Fica a impressão que a Câmara está a investir e os Serviços estão a investir, ou seja, fica a sensação que há uma duplicação de investimento, pois ambos estão a investir, ambos estão preocupados com este problema e nunca se sabe a quem se deve atribuir as culpas do que não é feito e do que não está feito. -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder. Começando por comentar a questão das horas extraordinárias, informou que as mesmas não tinham desaparecido, estavam realmente incluídas no tal subsídio de turno. Isso porque estavam formados os piquetes para responderem a obras de pequeno vulto, que era essa a função dos Serviços Municipalizados. Não se tratava de uma empresa que respondesse a grandes obras de grande vulto. Portanto, disse que o investimento nem era nada de especial, mas essas pequenas obras estavam condicionadas e ainda não tinham podido ser feitas por



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

várias razões, ou por não ser conseguido acordo com as pessoas para passar as redes, ou porque a EDP não facilitava a ligação, enfim, inúmeras situações que prendiam por pouco as grandes obras. Relativamente à questão da duplicação de serviços, esclareceu não ser assim. Esclareceu, então, que a Câmara de Anadia, em termos de saneamento e águas, só tinha responsabilidade nas grandes obras, das empreitadas, nos fundos comunitários. Não tinha, naturalmente, responsabilidade na gestão desses próprios serviços. Tratando-se de colocação de ramais, de água ou saneamento; de manutenção da própria rede, portanto, reparação de rupturas, pequenas obras, arranjo de elevatórias, arranjo de ETAR, que eram situações da responsabilidade dos Serviços. A sua construção, como tinham visto anteriormente no orçamento da Câmara, era da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

----- Quanto às perdas de água, na ordem dos 25%, afirmou que comparadas com os 30% do que se via por aí fora, nunca é nada que seja anormal, anormal é já perder água. Entretanto, adiantou que muitas canalizações têm vindo a ser substituídas, paulatinamente, mas reconheceu que, provavelmente, teria de fazer um grande investimento nessa matéria também, porque as canalizações tinham chegado ao fim da sua duração e rebentavam com grande facilidade, para além do terreno onde se encontravam instaladas também contribuir para a sua curta duração. Dirigindo-se directamente ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), disse tratar-se de um orçamento à dimensão do Serviços Municipalizados, cujas contas tinham de ser feitas na globalidade. A verdade era que a área dos Serviços Municipalizados era uma área atractiva para muita gente, porque não se tratava só de vender os Serviços Municipalizados, era a concessão na distribuição, em tudo, passando depois a Câmara a ter de adquirir o produto, porque eles passariam a ser responsáveis pelas candidaturas e tudo o mais. Adiantou, ainda, que os Municípios que tinham acabado com os Serviços Municipalizados sentiam actualmente que lhes faziam falta e, portanto, o Município de Anadia, com esses números, que não têm vindo a subir de ano para ano, tem vindo a dar resposta e a manter postos de trabalho onde considera que tem tido rentabilidade. Portanto, esclareceu que o termo significativamente estava correctamente aplicado, porque quando os Serviços ligarem o que se encontra pendente, o Senhor Deputado não imaginaria, em termos percentuais, o que disparava imediatamente o saneamento. -----

----- Sobre a questão da água, disse não saber ao que o Senhor Deputado se referia, mas informou que os Serviços se encontravam disponíveis para dar resposta imediata aos pedidos de ligação, porque era muito mais difícil fazer uma intervenção numa velha conduta do que prolongar uma parte de rede numa povoação ou até fazê-la chegar a uma população. Informou, ainda, já terem feito chegar a povoações distantes, como Algeriz, Póvoa do Gago, entre outras, mas não deixou de reconhecer o facto de haver povoações que dispunham de auto-abastecimento e que não tinham querido a água da rede, sendo que, quando a quiserem, será fácil disponibilizar água pela primeira vez, sem necessitar de procurar os ramais, porque, ao contrário da rede de saneamento, não se tornava necessária a gravidade. Não obstante, disse ter tomado nota da recomendação do Senhor Deputado e acrescentou que não comparava



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a situação de algumas pessoas do concelho de Anadia com a dos pobres de África, porque até a água mais fraca do concelho, felizmente, era bem melhor do que a melhor desses países. -----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS). Relativamente à questão dos Serviços e, referindo-se ao rácio orçamento número de funcionários, disse que a verdade era que tal reflectia uma situação que deveria ser esclarecida de facto. Isso porque os funcionários afectos aos Serviços fazem outro tipo de serviços e, portanto, considera que deveria haver uma contabilidade que permitisse aferir, de facto, quem trabalha para quem e onde trabalha. Acrescentou, ainda, que essa situação, contabilisticamente, até estaria esclarecida e o Senhor até teria essa possibilidade de ver. No entanto, adiantou que os Deputados é que não tinham e gostariam de ter, de modo a repartir esses tempos e a repartir os períodos de trabalho. Quanto à substituição da rede em mau estado, reconheceu que o investimento era algum, mas referiu que o investimento com saneamento, como tinha dito anteriormente, era muito superior e muito dele estava feito, a julgar, pelo menos, pelos tubos que lá se encontravam, para além de ser tecnicamente mais fácil, pelo facto de não terem que se preocupar com desníveis, declives, etc. Portanto, considerou que tal também não era desculpa, e o facto de ser só 25% de perdas, transformava isso em milhões de litros que eram efectivamente perdidos e que correspondiam a um bem escasso e um bem que também poderá vir a desaparecer. Assim, concluiu tratar-se não apenas de uma preocupação ecológica, mas de uma preocupação real porque daí a vinte anos, se vier a ter netos, não saberá se eles terão a água com a qualidade que o concelho actualmente tem. -----

----- Quanto à adjudicação do serviço, disse também não concordar que a água - um bem essencial - seja adjudicada a particulares e, inclusivamente, que se opunha terminantemente a tal. Já quanto à adjudicação do serviço, referiu tratar-se de uma questão que caberia à Câmara resolver, mas que o que achava era que deveria ser resolvida. Para esclarecimento, e a concluir, referiu que os casos de falta de água nas populações de que tinha conhecimento, não lhe constava que não quisessem a água. O que diziam era que a água ainda lá não estava, pelo que, considerava importante que o Senhor Presidente da Câmara tomasse nota disso e viesse a tentar resolver o problema. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS). O Senhor Deputado começou por referir que entendia que o documento, globalmente, estava bem apresentado, com as receitas e as despesas devidamente discriminadas e, contrariamente à crítica que tinha feito ao orçamento da Câmara, as grandes opções do plano e o plano plurianual de investimentos encontravam-se devidamente discriminados, com uma forma mais analítica e, portanto, os Deputados ficavam com uma ideia melhor do que os Serviços pretendiam fazer nos próximos anos. Entretanto, perguntou como iria ser aplicada e em que consistia a taxa de recursos hídricos que vinha referenciada na página três, ou melhor, a que tipo de água se referia. Ainda relativamente à água, constatou, para dois mil e nove, a existência de uma componente variável consumo de água, uma componente fixa



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tarifa de disponibilidade e, depois, aluguer de contadores, respectivamente com verbas de um milhão quatrocentos e sessenta mil euros, trezentos e cinquenta mil euros e quarenta e cinco mil euros, contrariamente a dois mil e oito, cujos valores verificou serem inferiores: de água, um milhão duzentos e quarenta e cinco euros, e de aluguer de contadores e disponibilidade, trezentos e quinze euros, o que traduzia uma subida. Mas a questão que disse querer colocar era porque razão aparecia ainda o aluguer de contador, e tarifa de disponibilidade, quando no ano anterior aparecia só aluguer de contador disponibilidade, com uma verba de trezentos e quinze mil euros e, em dois mil e nove, as duas somadas perfaziam trezentos e noventa e cinco mil euros. Para além de ter verificado que o valor da água era substancial, mas gostaria que o Senhor Presidente da Câmara explicasse a razão porque subiu. -----

----- Falou, ainda, num aspecto que o seu colega Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) tinha falado e que se prendia com o facto do orçamento não reflectir, não mostrar a separação que existe entre os Serviços e a Câmara Municipal, o intercâmbio. Disse, então, considerar importante essa separação estar reflectida no orçamento porque, sabendo, à partida, que os Serviços Municipalizados faziam muito serviço para a Câmara Municipal, não sendo reflectido, prejudicava a análise que faziam ao orçamento da Câmara. E acrescentou, ainda, que apesar de haver alguma compensação, era notória uma transferência, o que considerava estar relacionado, de cento e sessenta mil euros, aliás, igual à do ano anterior. Mas adiantou que seria mais esclarecedor se houvesse possibilidade de fazer esta discriminação. Por fim, congratulou-se com a verba inscrita para contentores, ainda que não soubesse se nela estariam incluídos ecopontos. Não obstante, disse pensar ser bastante importante passar de cinco mil euros para quinze mil euros a verba para recolha do lixo, porque considera, também, importante a colocação de mais contentores pelo concelho. -----

----- Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU). O Senhor Deputado perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, e indo de encontro ao que disse ser alguma aspiração da população do concelho, que durante o ano, por vezes, é interceptada pela brigada de protecção do Ambiente, porque não vislumbrava no documento, algo que esclarecesse quanto à recolha de resíduos dos jardins, quando os munícipes pagam uma taxa referente a resíduos sólidos. O que acontecia, relatou, era que as pessoas recolhiam os resíduos dos jardins e, chegada uma determinada altura do ano, descuidavam-se, faziam uma fogueira e a brigada do ambiente aparecia e aplicava-lhes um auto de contra-ordenação. Assim, disse que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, uma vez por mês, colocasse à disposição dos munícipes uma viatura para recolha desse material e posterior depósito numa das Zonas Industriais mais próximas, porque muito desse material até poderia ser reciclado para produção de adubos, e não colocado à beira dos contentores e lá depositado. Acrescentou, ainda, que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara tivesse estipulado no orçamento uma verba para aquisição de uma viatura dessas para que, oficialmente, a Câmara Municipal



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

procedesse, uma vez por mês, à recolha desses materiais, a exemplo do que era feito em alguns dos países mais evoluídos da Europa. -----

----- Quanto aos contentores para recolha do lixo, sugeriu, à semelhança do que estava a ser aplicado em Lisboa, que não fossem os contentores do lixo que recolhessem todo o lixo. A sua sugestão era no sentido de que o lixo fosse logo seleccionado à partida pela população, porque o que acontecia era que as escolas estavam a ensinar as crianças a fazer a selecção do lixo e, depois, ele era colocado todo junto no mesmo contentor, o que obrigava a uma grande despesa. Para tal, disse penso que poderia ser iniciada uma experiência piloto no concelho, mais propriamente na sede, para poderem verificar se, de facto, era ou não vantajoso para bem de todos. Deixou, também, uma sugestão que lhe vinha sendo apresentada e que se prendia com a desinfectação dos contentores durante o ano, mas constatou, na rubrica limpeza e higiene, uma verba muito ridícula. Portanto, e como a Câmara, possivelmente, também não teria uma viatura própria para proceder a essa desinfectação, apelou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que pensasse em termos de futuro, porque, por vezes, durante o Verão, a saúde pública junto desses contentores era muito grave. De resto, declarou concordar com o orçamento. -----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Começando por responder ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS), e relativamente à questão que levantou dos recursos, informou que a Lei estava para entrar em vigor no próximo ano, e que, inclusivamente, os serviços já tinham sido informados de quanto terão de pagar em termos de imposto. No entanto, não deixou de referir que a criação de uma taxa que teria de constar do orçamento iria penalizar um pouco os consumidores, na medida em que era aos Serviços que cabia pagá-la, logo, seria posteriormente repercutida nos consumidores, por forma a garantir a sustentabilidade do serviço praticado. Explicou, ainda, que essa nova taxa que incidia sobre os recursos hídricos era cobrada em função do consumo por metro cúbico de água que o concelho tivesse, pelo que teria de ser inscrita no orçamento. Relativamente à questão do aluguer de contadores, explicou que a sua rubrica se referia a valores previstos de recuperação de dívidas, ainda referentes ao antigo aluguer de contador, o que queria dizer que os Serviços tinham valores em débito, pelo que, para os poderem cobrar, essa rubrica tinha de constar do orçamento. Sobre a questão do intercâmbio, esclareceu que a Câmara Municipal de Anadia tem a manutenção dos carros, que são adquiridos e postos ao serviço dos Serviços Municipalizados, sendo a sua manutenção, em gasóleo, motoristas e tudo, da responsabilidade da Câmara Municipal. Com a água, explicou já não ser assim: tudo vinha directamente dos Serviços, a funcionar nos Serviços, o equipamento era dos Serviços. Quanto aos lixos não, reconhecendo haver, realmente, mistura em termos de execução do serviço. -----

----- Em resposta ao Senhor Deputado João Morais (CDU), reconheceu que nos grandes centros (Anadia), onde não há uma agricultura circundante, lamentavelmente, parte dos resíduos dos jardins eram depositados nos contentores do lixo, talvez por comodidade, ou por quaisquer outras razões, que disse não entender, mas que era algo que teria que mexer com as pessoas,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque não seria bom para as crianças, que aprenderem essa regra, depois, na prática, verem os contentores cheios dessas coisas. Para além da tal viatura de recolha desse material, deu a conhecer um exemplo de uma prática da Câmara Municipal que não funcionava – a questão dos monos. Referiu, então, que era do conhecimento geral que a Câmara procedia à recolha de frigoríficos, televisões, etc. No entanto, esse tipo de material continuava a aparecer nos contentores e nos buracos, apesar da Autarquia proceder a essa recolha, sem qualquer despesa a suportar pelos munícipes, bastando, para tal, solicitar esse serviço à Câmara, via telefone ou por escrito. O mesmo, adiantou que poderia ser feito com a tal viatura. A Câmara Municipal adquiriria uma viatura para carregar e descarregar facilmente esse contentor e adquiriria alguns contentores. Não obstante, disse que a sua aposta seria mais naquilo em que o País iria ter de apostar – na recolha selectiva do lixo - mas recordou que, para isso, era necessário existir pontos intermédios para, antes do lixo ser depositado no grande aterro, se proceder à recolha com um equipamento adequado. Reconheceu, entretanto, que muito haveria a fazer até lá, mas adiantou que, da parte da Câmara, se algo pudesse ser feito, estava receptivo às opiniões dos Senhores Deputados, e a Câmara também tinha verbas disponíveis, que não apontavam exactamente para uma viatura, mas falavam de equipamentos. Quanto à desinfecção dos contentores, informou o Senhor Deputado de que a Câmara Municipal tinha uma viatura própria e estava a fazê-la. Mas acrescentou que as pessoas deveriam também informar a Câmara dos locais onde se encontram esses contentores a necessitarem de desinfecção, não tendo deixado, no entanto, de referir que muitas vezes a Câmara também era vítima de alguma falta de cuidado por parte das pessoas que, logo depois dos contentores serem limpos, não se coíbiam de lá colocar tripas de animais, entre outro tipo de lixo, que contribuía para esse aspecto menos positivo. -----

----- Terminados os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou logo à votação do ponto três da ordem do dia, tendo o mesmo sido aprovado, por maioria, com vinte e sete votos a favor, cinco abstenções e zero votos contra. De imediato deu por encerrado o ponto três da ordem do dia e apresentou o ponto quatro, *“Apresentação, discussão e votação da proposta apresentada pelo Conselho Municipal de Segurança, de alteração à alínea l) do n.º 1 do art.º 4.º do seu Regulamento Definitivo, nos termos do n.º 3 do art.º 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de Junho”*, após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para o introduzir. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o ponto quatro encerrava, basicamente, o facto do Senhor Prof. João José Dias Coimbra ter deixado de ser Comandante dos Bombeiros Voluntários e passou ao quadro de honra da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Anadia, e em reunião do próprio Conselho Municipal de Segurança foi aprovado e proposto à Assembleia Municipal que ele faça parte desse Conselho como cidadão de reconhecida idoneidade, tornando-se necessário, para tal, proceder à alteração do Regulamento do Conselho, alargando para seis o número previsto de cidadãos que o compõem. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a fazer uma precisão relativamente ao ponto quatro da ordem do dia, para esclarecer que o Conselho Municipal de Segurança tinha aprovado uma alteração ao Regulamento Definitivo, nomeadamente no ponto em que consagrava que o Conselho seria composto por seis membros eleitos na Assembleia Municipal, sendo que dois deles representariam os Estabelecimentos de Ensino sediados no Município, devendo esta proposta ser aprovada pela Assembleia Municipal. Esclareceu ainda que a proposta do Conselho Municipal de Segurança estava perfeitamente enquadrada nos termos da Lei, uma vez que a Lei previa um total de vinte. No que se refere ao nome do Senhor Prof. Dias Coimbra disse que a proposta no Conselho Municipal de Segurança já não tinha cabimento legal como proposta, e tinha sido entendida pela Mesa como uma sugestão, como uma recomendação, coisa que podia ser aceite pela Mesa, mas que no caso concreto, até tinha sido assumida por todos os GM, mas considerada noutra ponto da ordem do dia. -----

----- Então, explicou que só poderiam votar, naquela fase, a alteração ao Regulamento de passagem de cinco para seis cidadãos nomeados e eleitos na Assembleia Municipal. Quanto à questão do Senhor Prof. João José Dias Coimbra, actualmente Comandante do Quadro de Honra dos Bombeiros, disse tratar-se de uma questão que mais à frente seria abordada. Para terminar, informou que o Conselho Municipal tinha feito esta sugestão, a qual tinha sido acolhida por todos os Grupos Municipais, e recordou que, em qualquer dos casos, estavam só a votar, naquela fase, a passagem de cinco para seis cidadãos, a alteração ao Regulamento Definitivo do Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Para intervir no período de discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS). O Senhor Deputado perguntou se a alteração em discussão não feria a Lei ou não implicaria qualquer alteração ao que está legislado. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que no entendimento da Mesa e tal como foi agendado não feria a Lei porque, como tinha referido anteriormente, o que estava também subjacente, além da alteração ao Regulamento, era uma recomendação ou sugestão do Conselho Municipal de Segurança, que podia fazê-lo, apesar do Regulamento e da própria Lei serem omissos nessa matéria. Acrescentou não haver qualquer ilegalidade. Tal aconteceria, se estivessem a abrir o crivo de cinco para seis pessoas e se estivessem a abrir, especificamente para um determinado cidadão, ou seja, se estivessem a alargar o Conselho Municipal Segurança de cinco para seis cidadãos e já estivessem a dizer quem era esse cidadão. Nesse caso, de facto, estariam a cometer uma ilegalidade, porque como era sabido, existe o princípio da generalidade das Leis, ou seja, as Leis devem ser gerais e abstractas e não podem ser especificamente destinadas a alguém. -----

----- Reconhecendo compreender a pergunta colocada pelo Senhor Deputado, reforçou que especificamente por esse motivo tinha tido o cuidado de dizer que estavam apenas, naquela fase, a votar a alteração do Regulamento Definitivo do Conselho Municipal de Segurança, que passa de cinco para seis pessoas, sendo que, depois, mais à frente, no ponto seis da ordem do





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dia, votariam as pessoas. Voltou a referir, que o entendimento da Mesa tinha sido de separar os dois momentos, entendendo a indicação do nome do cidadão como uma sugestão do Conselho Municipal de Segurança e, como sugestão ou recomendação, esclareceu não ferir a Lei. Aliás, disse que se dúvidas restassem, bastaria olhar para o ponto seis da ordem do dia, o ponto cinco é para substituição de um membro que se demitiu, o ponto seis é precisamente para colmatar a criação deste lugar. Portanto, esclareceu que no entendimento da Mesa da Assembleia foi considerado desnecessário solicitar ao Senhor Presidente da Câmara, ou no caso concreto, ao Presidente do Conselho Municipal de Segurança, que procedesse à alteração de um ofício, numa atitude de simplificação e facilitação da questão. -----

----- Recuperando a palavra, o Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) esclareceu não estar a colocar qualquer entrave à ampliação do número de elementos. Mas perguntou se não seria, então, de solicitar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que se manifestasse sobre o documento, ou sobre a sua intenção, ou sobre o que pensa da questão, porque considera que não se podem abster do facto de terem algo que lhes diz que o lugar é exactamente para aquela pessoa. Acrescentou, ainda, que se há a intenção de quererem ser legalistas, e a não querer, de modo algum, ferir a legalidade, disse pensar que o ponto deveria ser alterado. -----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal assentiu que, obviamente, o Senhor Presidente da Câmara, na parte que lhe competia, poderia responder e apresentar as justificações que entendesse. Não obstante, voltou a frisar que na opinião da Mesa da Assembleia, o nome do cidadão foi entendido como uma sugestão ou recomendação, e que sendo assim não havia qualquer aspecto que pudesse ferir a Lei. Tinha sido esse o entendimento da Mesa, por uma questão de facilitação, mas, também, de algum rigor, porque bastará recorrer às competências que estão conferidas ao Conselho Municipal de Segurança que constam do seu Regulamento próprio, e da Lei, para verificar que não poderão ser feitas propostas directas de pessoas à Assembleia Municipal. -----

----- Para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu não ver qualquer impedimento, a não ser que, e quando se interpreta aquela proposta, poderá não ter sido muito feliz a referência, desde logo, ao nome do Senhor Prof. João José Dias Coimbra, reconhecendo ser aí que poderá ressaltar alguma dúvida. Fora disso, disse não ver, também, qualquer ilegalidade. -----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que da forma como estavam agendados os pontos, considerava haver cumprimento da legalidade e acrescentou que nada impedia, na forma de ver da Mesa, que o Conselho Municipal de Segurança proponha, faça uma recomendação, faça uma sugestão, tendo sido entendido como tal. Associado, porventura, e partilhando da opinião do Senhor Presidente da Câmara, a abertura do Conselho Municipal de Segurança, a criação de mais um lugar, a mais uma pessoa, poderá não ter sido a questão mais feliz. Mas assim estando, e tendo sido entendido como uma sugestão, reforçou que não feria a Lei e, se dúvidas houvesse, bastaria olhar para a ordem do dia, para ver que só poderiam estar a eleger um cidadão, no ponto seis, em concreto, precisamente para esse efeito. Acrescentou,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda, que poderia ser o Prof. João José Dias Coimbra, como poderia ser outro qualquer cidadão, porque não poderia haver uma visão restritiva do que diz o Conselho Municipal de Segurança. -----

----- De imediato, e para uma interpelação à Mesa da Assembleia, devolveu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS). O Senhor Deputado começou por referir que o Conselho Municipal de Segurança tinha um mandato determinado, com um fim, para perguntar se o lugar era criado *ad eternum*, ou seja, se o Senhor Prof. João José Dias Coimbra iria fazer sempre parte do Conselho Municipal de Segurança. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que o mandato de um cidadão caducará quando terminar o mandato do Conselho Municipal de Segurança, ou seja, há caducidade dos lugares quando terminado o mandato, porque o Conselho Municipal de Segurança funciona paralelamente ao mandato municipal. Explicou, ainda, que poderá funcionar até nova instalação, mas obviamente que a partir desse momento cai todo o Conselho Municipal de Segurança, da mesma forma que acontecerá para outros membros que têm também, por inerência, lugar. Assim, disse pensar que a questão ficava esclarecida, sendo que iriam eleger, nos pontos cinco e seis da ordem do dia, dois cidadãos, cuja indicação terminará, quando os outros também acabarem o seu mandato. -----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação do ponto quatro da ordem do dia, a alteração ao Regulamento Definitivo do Conselho Municipal de Segurança. Concluída a votação, informou que o ponto quatro tinha sido aprovado, por unanimidade, com trinta e dois votos a favor. -----

----- Entretanto, deu nota que o GM do PSD tinha apresentado uma proposta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do RAMA, para que o ponto quatro da ordem do dia fosse aprovado em minuta, tendo dado início à sua votação de seguida. Decorrida a votação da proposta do GM do PSD, anunciou que a mesma tinha sido aprovada, por unanimidade, com trinta e dois votos a favor. -----

----- De seguida, deu por terminado o ponto quatro, tendo passado a apresentar o ponto cinco da ordem do dia, *"Eleição de um cidadão de reconhecida idoneidade, em representação dos estabelecimentos de ensino sediados no Município, para integrar o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art.º 4.º do Regulamento Definitivo do mesmo Conselho Municipal, em virtude do pedido de demissão apresentado pelo cidadão Rui Manuel Godinho dos Santos"*. Referiu, entretanto, ter sido apresentada uma proposta à Mesa da Assembleia, logo no início dos trabalhos, sendo que para o ponto cinco era proposto, por todos os GM, o cidadão Dário Manuel Farinha Tavares, Presidente do Conselho Pedagógico do Colégio Salesianos de Mogofores. Sendo proposta única, de todos, denominada de proposta A, lembrou que teria de ser votada por voto secreto, depois de distribuídos os boletins de voto. No entretanto, solicitou ao Senhor Segundo Secretário que mostrasse aos Senhores Deputados a urna vazia, após o que passou a chamar os Senhores Deputados para votar. -----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Concluído o processo e contabilizados os votos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que o cidadão Dário Manuel Farinha Tavares tinha sido eleito, com vinte e seis votos a favor, seis votos brancos e zero votos nulos. -----

----- Dado por encerrado o ponto cinco, passou a apresentar o ponto seis da ordem do dia, "Eleição de um cidadão de reconhecida idoneidade, para integrar o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art.º 4.º do Regulamento Definitivo do mesmo Conselho Municipal", uma vez aprovado, e em minuta, o ponto quatro, após o que informou da existência de uma proposta na Mesa da Assembleia, também subscrita por todos os GM, para que o cidadão João José Dias Coimbra ocupe o lugar no Conselho Municipal de Segurança. De imediato, deu início ao procedimento seguido no anterior ponto da ordem do dia, no sentido da votação da proposta A, decorrido o qual, anunciou que o cidadão João José Dias Coimbra tinha sido eleito, com trinta votos a favor, dois votos brancos e zero votos nulos. -----

----- Concluído o escrutínio, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário da entrada de uma proposta do GM do PSD para aprovação em minuta dos pontos dois, três, cinco e seis da ordem do dia. Votada a proposta do GM do PSD, anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e um votos a favor. -----

----- Dando por terminado o período da ordem do dia, deu entrada no período de intervenção do público, para o qual informou ter duas inscrições de elementos do público. Assim, concedeu a palavra ao primeiro cidadão inscrito, André Ferreira de Oliveira, que encerrou a intervenção que se tenta transcrever: -----

----- *"Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, restante Vereação, Senhores Deputados. Antes de mais, uma palavra de apreço para com a Câmara Municipal de Anadia por finalmente ter apresentado um verdadeiro projecto urbanístico. Além disso, de enaltecer, também, que na sua elaboração foram recolhidos testemunhos e sugestões várias, o que é de realçar. Uma segunda palavra para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, embora noutra veste, por ter entendido que é de relevante interesse a criação de um órgão consultivo na área da juventude. Passando, agora, à apreciação do orçamento, e deixando, desde já, claro que é um orçamento de uma Câmara Municipal com maioria para um ano de eleições, a minha intervenção vai centrar-se apenas no aspecto ligado à juventude. E queria, desde já, tecer algumas considerações. Nós estamos a falar de um concelho que tem vindo, e através de vários dados estatísticos, quer do INE, quer da própria Carta Educativa, a assistir a um progressivo envelhecimento da população. Há cada vez um maior número de falecimentos, de óbitos, e cada vez um menor número de nascimentos. Ademais, verifica-se uma fuga da população para os concelhos vizinhos, por motivos vários, entre outros, o preço da construção no concelho de Anadia, e, também, à desertificação de algumas zonas do próprio concelho. Temos zonas no nosso concelho, sobretudo na parte serrana, onde a perspectiva de nascimentos é quase uma miríade. O que é preocupante. Foi dito aqui, por mais que uma vez, que a Câmara Municipal de Anadia goza de uma boa saúde financeira. Uma das fontes de receita será o IMI e não é difícil seguir um parâmetro de cálculo*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*de maior população, maior número de imóveis, maior receita para o Município. Por força disso, e porque certamente este concelho quererá crescer, crescer de uma forma sustentada e crescer com um projecto, deixaria algumas sugestões, incidindo directamente na área da juventude, à consideração da Câmara Municipal de Anadia. Desde logo, e seguindo o exemplo de concelhos vizinhos do nosso, uma redução dos valores das licenças de construção para casais jovens. Posso referir o exemplo de Águeda, em que há uma efectiva redução desse valor. O Município de Águeda tem assistido a um grande aumento de população, na casa dos trinta, quarenta anos, e mais importante que isso, são casais que se estabelecem no concelho, que permanecem no concelho, que criam, face ao empreendedorismo próprio desta faixa da população, maior actividade industrial, maior actividade comercial, e com isso beneficia todo o concelho e os seus cidadãos. Além disso, posso dar um outro exemplo, e tendo em conta que existe um projecto urbanístico para Anadia, e ao que se verifica, pelo menos pela construção de alguns equipamentos culturais e desportivos, o crescimento tem sido feito na zona do Estádio, contíguo, quase, à Curia, e partindo do pressuposto que efectivamente a Câmara Municipal, ao construir aqueles equipamentos, quer construir uma nova zona da cidade, porque não, e possuindo a Câmara Municipal terrenos, ou não os possuindo, tendo capacidade financeira e boa saúde financeira para isso, vender esses imóveis a casais jovens, obviamente que não de uma forma aberta, mas, porque não, com uma cláusula de permanência, de forma a, também, salvaguardar a sua posição. Outro exemplo é a habitação a custos controlados. Esta medida, não apenas fixa a população no concelho, mas também traz vantagens, até para o próprio tecido empresarial local, sobretudo as empresas de construção civil que passam um mau bocado, todos nós sabemos disso. Uma outra forma, ou uma outra sugestão, esta talvez menos atractiva, ou talvez menos justificada, um subsídio de maternidade posterior ao segundo ou terceiro filho, com o escalonamento crescente em função dos rendimentos do casal. Especificamente para a zona serrana do concelho, e estamos a falar de uma zona com uma grande riqueza geológica, porque não a criação de percursos geológicos nesta zona, ou a abertura, mesmo, a actividades de natureza, que certamente atraem um público cada vez melhor, um turismo de maior qualidade e um turismo com um rendimento superior. Finalmente, e porque estão presentes muitos Presidentes de Freguesias, e já foi aqui falado da questão dos lixos, sobretudo dos lixos resultantes da poda de árvores da actividade doméstica, de jardins, porque não a criação de centros de compostagem a nível de freguesia. Como disse o Senhor Presidente de Câmara, a criação de uma zona intermédia, ou de um patamar intermédio para a gestão dos resíduos, os centros de compostagem são um bom exemplo disso por duas razões: pela proximidade da população, mas também, pela vantagem que traz, até para a própria agricultura local, porquanto os produtos da compostagem podem ser utilizados de forma gratuita, porque não, na criação de hortas comunitárias, uma solução adoptada em diversos países, e mesmo no nosso, e em alguns grandes municípios, como por exemplo Guimarães. Um apelo, também, aos Presidentes de cada uma das Freguesias deste concelho, uma aposta no associativismo jovem. Em muitas delas já se verifica esta situação. É de enaltecer. Temos um*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*concelho que a nível associativo está cada vez mais pujante, o que acaba por ser um farol no meio de muita calma e muita interrupção nalgum tipo de projectos. Continuem a apostar no associativismo jovem. Tem dado frutos e, ao médio e longo prazo, trará cada vez mais benefícios ao concelho.” -----*

----- No seguimento da intervenção do cidadão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que se congratulou com a presença do munícipe pela apresentação de sugestões e ideias que concretizou. Entretanto, informou o munícipe de que algumas das ideias expostas já eram praticadas pela Câmara Municipal. Relativamente a outras, disse que a Câmara Municipal iria tomar a devida nota e, ainda que no momento a situação não seja muito favorável, iria estudar uma ou outra acção e dar-lhe o *feedback* dessa mesma situação, no caso da Câmara Municipal vir a desenvolver alguns desses projectos. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao cidadão Joaquim Alfredo Pereira Mota, o qual concretizou a intervenção que se tenta transcrever: -----

----- *“Ora então, desde já, boa noite a todos. Eu não me queria demorar, até porque já se falou aqui algumas coisas daquelas que eu também pretendia intervir. Não é criticar ninguém, simplesmente eu queria dar uma ideia à Câmara. Por exemplo, à semelhança do que se faz hoje na construção civil com contentores que transportam entulho, já se falou nas Zonas Industriais, acho que nas Zonas Industriais poderiam ser instalados contentores dessas dimensões onde, de facto, se podia fazer a recolha dos resíduos dos jardins que tanto se tem aqui falado. Também podiam ser criados contentores para recolha de monos que as pessoas têm em casa. Ainda agora há dias ao pé da Estação do Paraimo está lá um contentor do lixo que tinha um sofá lá dentro e outro à porta que estava à espera que despejassem o contentor para depois o outro ir lá para dentro também. Portanto, apesar das pessoas saberem que a Câmara faz recolha de monos, eu acho que a Câmara, à semelhança do que fazem os Bancos, a Câmara poderia fazer uma brochura e que, de quando em quando, enviasse juntamente com a carta que nos manda para casa com o talão da água para pagar, onde tivesse alguns contactos telefónicos, e até alguns bonequinhos, uma coisa qualquer, que elucidasse as pessoas a fazerem reciclagem e a pô-la nos ecopontos separada. Também temos um problema que é a freguesia de Sangalhos tem quinze lugares, nem todos têm ecopontos. Se calhar não é da responsabilidade da Câmara, é da responsabilidade da empresa que faz a recolha, mas eu gostava de saber se a Câmara faz pressão perante essa empresa para que instale mais ecopontos nos outros lugares que faltam. Posso dizer que o lugar mais longe da freguesia de Sangalhos, o lugar que fica mais distanciado do centro da freguesia de Sangalhos é o Videiro, e que tem uma carência a nível de contentores do lixo, como de ecopontos. Não tem ecopontos. As pessoas já fizeram várias queixas que não têm vidro, não têm papelão, não têm para plásticos. São zonas isoladas, e enquanto mais no centro da freguesia os lugares são mais aproximados uns dos outros, e se não for num sítio é noutro há ecopontos, por exemplo naquele caso ali não tem. Acho que a*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Câmara poderia fazer mais um bocadinho de pressão sobre a empresa que recolhe os lixos, para pôr mais ecopontos e reparar os que existem, porque existem vários ecopontos que estão partidos, as pessoas, por exemplo no caso dos papelões, as pessoas vão para pôr o papel e muitas vezes deixam-no à porta porque aquilo está partido e as pessoas até têm medo de se aleijar. Eu posso dizer que na Fogueira existe um que está todo esgalhado. Muitas vezes o lixo está no chão não é por causa disso, também é por causa da malandrice de algumas pessoas. Por acaso o Senhor Professor há bocadinho, o Senhor Presidente há bocadinho falou que educávamos as crianças para a recolha, para a selecção dos lixos. Se calhar todos nós temos um professor conhecido e sabemos que ele não faz. Muitas vezes os professores, próprios, não fazem, e são pessoas bastante letradas, e nem só professores, outras pessoas também, letradas, não fazem a devida selecção dos lixos, como é que as crianças vão fazer. Ou então, que competência é que essas pessoas têm para induzir as crianças a fazer selecção. Eu posso dizer que em minha casa faço a selecção de tudo. Muitas vezes tenho dificuldade em pôr nos contentores dos ecopontos porque eles estão atulhados. Portanto, nota-se que há uma falta de ecopontos, se calhar em sítios deveriam ser reforçados. E também para o caso dos lixos domésticos, nota-se que muitas vezes os contentores do lixo são poucos nos sítios onde existem. Deveria ter mais um contentor em certos sítios. Muitas vezes têm as tampas partidas, outras vezes estão coxos, têm as rodas fora do sítio. Não sei se as pessoas que fazem a recolha do lixo anotam, porque são eles que estão mais em contacto com os ecopontos, se anotam os ecopontos que estão danificados e se transmitem depois à Câmara para a reparação desses contentores do lixo. Portanto, acho que são várias ideias. Não é criticar nada. Nós sabemos que se calhar na recolha do papel para reciclar e do vidro não é da competência da Câmara, mas a Câmara tem que pressionar mais a empresa para que instale mais ecopontos. Se calhar se fizermos isso, depois se eles lá na fábrica não fazem a selecção, isso já não é um problema nosso. Pelo menos, nós aqui no terreno, devemos fazer, todos nós, devemos fazer a selecção. Depois, do outro lado, a consciência já cabe a cada um. Pronto. Era só e queria continuar a desejar festas felizes a todos." -----*

----- Decorrida a segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por referir que a intervenção do cidadão vem ao encontro das também preocupações da Câmara Municipal. Passou a informar que a ERSUC era a empresa responsável pela distribuição dos ecopontos, a qual faz a sua aquisição e apenas informa a Câmara Municipal do local onde serão instalados, em número que a Câmara considera insuficiente para as necessidades do concelho. Informou, ainda, que inclusivamente já tinha dado indicações no sentido de ser analisada a possibilidade de aquisição dos ecopontos, que a ERSUC tem a preços inferiores, para disponibilizar prioritariamente em localidades que não dispõem de qualquer ecoponto. No entanto, adiantou a existência de um problema resultante dessa possibilidade, o problema da recolha, que a empresa tem contratada. Não deixou, entretanto, de reconhecer que algo deveria ser feito quanto a essa matéria, para além da educação das crianças, a começar pela educação dos adultos, uma tarefa que disse não



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser fácil, mas que acreditava que seria um esforço que todos iriam fazer. A concluir, disse partilhar, de certa maneira, da opinião do cidadão e disponibilizou-se para, em tudo o que estivesse ao alcance da Câmara Municipal, tentar, pelo menos, que as ideias do cidadão constituam um incentivo para a melhoria da recolha do lixo em Anadia. Entretanto, aproveitou a oportunidade para desejar a todos o melhor possível para o novo ano. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por dizer que fazia votos de que a altura de Natal estivesse a correr bem a todos e desejou que o ano de dois mil e nove, que muitos dizem que será um ano especialmente difícil e que vai requerer muito esforço e vontade da parte de todos, seja um ano com muita saúde e repleto de realizações. Que tudo corra bem, que entrem bem no ano de dois mil e nove e que ele seja, na medida do possível, de acordo com as expectativas dos Senhores Deputados. -----

----- Nada mais havendo a tratar deu de imediato por encerrada a sessão ordinária, quando eram vinte horas e sete minutos, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -

\_\_\_\_\_